



Revista

2016 • março • suplemento

CULTURA E EXTENSÃO USP

14

Revista

2016 • março • suplemento

CULTURA E EXTENSÃO USP



Presença em diretórios e bases de dados: Catálogo Latindex (www.latindex.unam.mx) e Portal Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor

Prof. Dr. Vahan Agopyan

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Profa. Dra. Bernadette Dora Gombossy
de Melo Franco

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. José Eduardo Krieger

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor Adjunto de Cultura

Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

Pró-Reitor Adjunto de Extensão Universitária

Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho

Assessor Técnico de Gabinete

Prof. Dr. José Nicolau Gregorin Filho

Assessor Técnico de Gabinete

Prof. Dr. Rubens Beçak

Assistente Técnico do Gabinete

Cecílio de Souza

Assistente Técnico do Gabinete

Eduardo Alves

Chefe da Divisão de Ação Cultural

Juliana Maria Costa

Chefe da Divisão Acadêmica

Kely Cristine Soares da Silva Mendes

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Valdir Previde

CONSELHO EDITORIAL

Alexis Lyras (Georgetown University)

Heloísa André Pontes (UNICAMP)

Izabel Madeira de Loureiro Maior (UFRJ)

Marc Jimenez (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne)

Maria das Dores Guerreiro (Instituto Universitário
de Lisboa)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (USP)

Marisa Midori Deaecto (USP)

Mônica Almeida Kornis (FGV)

Patrizia Calefato (Università degli Studi di Bari)

Plínio Martins Filho (USP)

Vinícius Pedrazzi (USP)

Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

COMISSÃO EDITORIAL

Editora Responsável

Profa. Dra. Diana Helena de Benedetto Pozzi

Editores Associados

Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

Profa. Dra. Primavera Borelli

Profa. Dra. Suzana Helena de Avelar Gomes

Prof. Dr. Waldenyr Caldas

Assistente Editorial

Verônica Cristo

Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e
Extensão Universitária

Revista de Cultura e Extensão USP/
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da
Universidade de São Paulo. – N. 1 (jun./jul. 2009)
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Pró-
Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2009-

Semestral.

ISSN 2175-6805 (versão impressa);

ISSN 2316-9060 (versão online)

1. Cultura. 2. Extensão. 3. Revista. I. Título

REVISTA DE CULTURA E EXTENSÃO USP

Rua da Reitoria, 374, 2º andar

Cidade Universitária – São Paulo-SP – 05508-220

Serviço de Produção Editorial: (11) 2648-0495

prceu.usp.br/revista – revistacultext@usp.br

Portal de Revistas da USP – www.revistas.usp.br/rce

Os artigos assinados não refletem, necessariamente,
a opinião dos integrantes da Comissão Editorial
da *Revista de Cultura e Extensão USP* e nem da
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária,
sendo todo o seu conteúdo de responsabilidade
exclusiva de seus autores.

Sumário

Contents

5 EDITORIAL

EDITORIAL

SUZANA AVELAR

ENTREVISTA

INTERVIEW

11 "A cidadania pensada a partir da educação"

"Citizenship thought from the education"

entrevista com ADOLPHO JOSÉ MELFI por COMISSÃO EDITORIAL

OPINIÃO

OPINION

19 Inesperado e Inexplicável

Unexpected and Inexplicable

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI

ARTIGOS

ARTICLES

25 Conhecimento e Reinvenção Digital da Cidadania – Emancipação Social e Trabalho Criativo na "Cidade do Conhecimento"

Knowledge and the Digital Reinvention of Citizenship – Social Emancipation and Creative Labor in the "City of Knowledge"

GILSON SCHWARTZ

41 Arte e Realidade

Art and Reality

CHRISTIANE WAGNER

53 Cinema, Subjetividade e Sociedade: A Sétima Arte na Produção de Saberes

Cinema, Subjectivity and Society: The Seventh Art in the Production of Knowledge

EDUARDO DE CARVALHO MARTINS

JAQUELINA MARIA IMBRIZI

MAURÍCIO LOURENÇÃO GARCIA

67 Desvelando o Atenocentrismo

Unveiling Athenocentrism

GILBERTO DA SILVA FRANCISCO

FABIO AUGUSTO MORALES

81 INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

INSTRUCTIONS FOR PREPARING AND FORWARDING OF PAPERS

Editorial

Editorial

Neste número da Revista de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, o tema central é a Cidadania e alguns possíveis elementos para a sua construção.

Tradicionalmente, o conceito de *cidadania* é discutido pela área das Ciências Políticas; este espaço de reflexão se volta para contribuições que a cultura pode fazer através de pensamentos advindos da extensão universitária, uma vez que este campo pode exercer um papel fundamental na produção de subjetividades e estabelecer o olhar para o outro, na dimensão coletiva dos direitos humanos.

O assunto parece ser urgente devido aos movimentos sociais recentes que ocorreram – e continuam a ocorrer – em diversas partes do globo, inclusive no Brasil, lidando com tempos e espaços de atuações individual e coletiva, no que tange aos direitos humanos, principalmente nas instâncias de poder formais. Um pergunta que deve ser colocada é: como cada sujeito pode tomar para si um pouco mais de autonomia de existência em uma nação (seja ela de natureza de Estado, de espaços urbanos, virtuais, de práticas culturais), em práticas mais acessíveis e efetivas a longo prazo?

Na opinião da professora Diana Pozzi, sob o ponto de vista da medicina, o direito à manutenção da vida não deveria ficar predominantemente centrado naquilo que é disponibilizado pela indústria farmacêutica. A sugestão é nos servirmos de conhecimentos já existentes, passíveis de aplicações imediatas no cotidiano, podendo ser apreendido de maneira mais simples, e não simplista. A qualidade de ser cidadão não ficaria distante de ações relegadas ao poder formal de maneira totalizante, podendo encontrar, assim, outras formas de atuar na regulação da saúde de si e de outros, em pequenas ações mais ativas e menos passivas.

É o caso da vivência permeada pela telemática, que em um certo sentido, nos proporciona chances de ações mais imediatas e em tempo real, facilmente efetivadas por meio de um aparato digital conectado à rede. A rede pode compor nossa lógica diária, nos facilitando atuações relativas à sobrevivência, no entanto, o professor Gilson Schwartz nos alerta: “a internet é habilitadora de direitos à sobrevivência”.

SUZANA AVELAR

Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, São Paulo,
Brasil

Em seu artigo, ele nos apresenta uma abordagem sobre *cidadania* a partir do projeto *Cidades do Conhecimento*, inicialmente idealizado no Instituto de Estudos Avançados da USP, em 1999. Aqui, é pensado o papel da universidade, a partir do conhecimento que regula o mundo capitalista, pós-Segunda Guerra Mundial, nas dinâmicas do *status quo*. Dessa forma, a *cidadania* deve ser vista como a atuação do sujeito em seus direitos humanos atravessada pelos paradigmas da rede, das existências dos espaços urbanos e das cidades *inteligentes*.

Para o professor José Adolpho Melfi, em entrevista concedida a esta revista, *cidadania* hoje está reduzida à prática das eleições e deve se estender a outros âmbitos. Ele diz que a universidade pode contribuir para o sentido de cidadania mostrando aos alunos como podem exercer os seus direitos através dos professores e da vida universitária.

Nos artigos selecionados para compor este número, temos uma proposta de discussão sobre arte e realidade, apresentada por Christiane Wagner (UNICAMP – Instituto de Artes). A autora discorre sobre a representatividade da arte e suas conexões com o sensível, propondo que há algo no ato criativo que pode permear a história em alguns elementos coincidentes. Para tanto, é importante que se considere as características de cada momento, relacionando-os com as técnicas, com os modelos de belo, bem como suas origens na *mimésis* platônica e aristotélica.

O segundo artigo conta com a participação dos professores Gilberto da Silva Francisco (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – UNIFESP), e Fábio Augusto Morales (PUCCAMP), em cursos de extensão proferidos no ano de 2013. Eles propõem pensar a experiência contemporânea de cidades, revendo como Atenas permanece icônica em nossa compreensão do termo, através da atuação do ensino na construção de uma memória social. Refletem sobre o ideário de reconstituições de cidades ligado ao conhecimento, na democracia da Atenas clássica. O próprio entendimento sobre democracia parece nos ter atravessado por aquele de Atenas, sendo que outras cidades gregas do mesmo período poderiam contribuir para essa formação do pensamento contemporâneo.

Pensar a democracia e as formas de atuar como cidadão podem ser entendidas pela ótica da participação política não restrita apenas à urna. Dessa maneira, é importante que ocorra uma revisão do ensino relativo aos ideários e referenciais teóricos de fundamento, favorecendo outros caminhos que irão compor as subjetividades.

Dessa forma, o artigo terceiro, trata sobre formas como a produção cinematográfica pode contribuir para a geração e transmissão de saberes para além das formas tradicionais, incentivando atividades interdisciplinares na produção de linguagens. Fruto do projeto de extensão *Cinema, Subjetividade e Sociedade: A Sétima Arte na Produção de Saberes*, escrito pelos professores Eduardo de Carvalho Martins, Jaqueline M. Imbria e Mauricio Lourenção Garcia (todos do Instituto de Saúde e Sociedade – UNIFESP), através de uma experiência dentro e fora da comunidade universitária.

Com este número, esperamos contribuir com a divulgação de produções acadêmicas de cultura e extensão que podem aumentar os modos de reflexões sobre *cidadania* hoje.

Os escritos aqui apresentados nos mostram como muitas universidades no Estado

de São Paulo estão preocupadas em encontrar formas mais tangíveis, e não menos complexas, de atuar como cidadão em nosso cotidiano, considerando particularidades paradigmáticas de nossos tempos. Um ser político olha para o outro e para si, em um contexto de sociedade, de existências subjetivas diversas, percebendo aí a riqueza de ferramentas para garantir os direitos humanos.

SUZANA AVELAR *professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: suzana.avelar@usp.br*



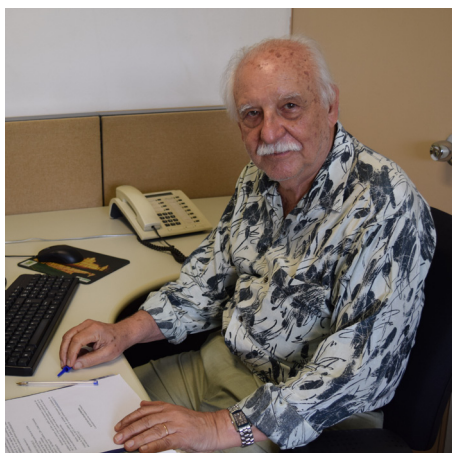
ENTREVISTA interview

"A cidadania pensada a partir da educação"

"Citizenship thought from the education"

A universidade como instituição desempenha uma função central no desenvolvimento social e econômico de qualquer país. Ela é um ambiente de proliferação dos mais diversos debates e pesquisas, que não mais do que pretendem melhorar as condições da população em uma prática constante da cidadania. Para além de seus muros, as melhores universidades são aquelas que pensam na formação não só de um bom profissional, mas de um bom cidadão que preze pelos seus direitos e deveres, sem nunca deixar de se questionar quanto a eles.

Pensando nisso, a Revista de Cultura e Extensão da USP entrevistou o professor Adolpho José Melfi, docente titular sênior do Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP), membro da Academia Brasileira de Ciências e reitor da Universidade de 2001 a 2005. Permeando questões que envolvem o nosso sistema eleitoral, movimentos sociais dentro e fora da Universidade e os novos recursos (e perigos) da era digital, ele estreita a discussão acerca do conceito de cidadania colocando a educação num papel central para o seu exercício.



DIANA HELENA DE
BENEDETTO POZZI,
BRUNO ROBERTO
PADOVANO, PRIMAVERA
BORELLI, SUZANA
HELENA DE AVELAR
GOMES, WALDENYR
CALDAS E CINTIA
OLIVEIRA

Universidade de São Paulo.
Pró-Reitoria de Cultura e Ex-
tensão Universitária, São Pau-
lo, Brasil

ADOLPHO JOSÉ MELFI

Universidade de São Paulo.
Instituto de Energia e Ambien-
te, São Paulo, Brasil

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Cidadania é algo que às vezes parece mal definido e que alguns pretendem que seja equivalente a pessoas terem direitos na sociedade em que vivem. Cidadania estaria estrita a isso?*

Adolpho José Melfi – Eu acho que sim, mas os direitos refletem apenas uma parte, pois junto com eles vem os deveres conforme estabelece a constituição do nosso país. Quer dizer, o indivíduo tem o direito de expressar livremente suas opiniões, tem o direito de exigir que o governo forneça boas condições nas áreas da saúde, educação, transporte etc., coisas que aqui no Brasil deixam muito a desejar. O Brasil tem uma Constituição em que todos os preceitos da cidadania estão garantidos, mas normalmente não são oferecidos..

Diana Pozzi/Suzana Avelar – *Como podemos delinear o perfil de "cidadania" hoje no Brasil, frente à falta de respeito com a qualidade de cidadão?*

AJM – A universidade pública tem um papel bastante importante, aliás como todas as universidades, e principalmente, as de boa qualidade. As pesquisas que são feitas por elas podem ser aplicadas para melhorar as condições da população, o que contribui para a cidadania. Entretanto, dentro da universidade, existe um ambiente que proporciona essa visão da cidadania: todos aqui lutam para que todas essas regras que definem a cidadania sejam discutidas e colocadas em prática. Eu acho que é uma organização extremamente importante. As boas universidades e as boas universidades públicas, todas elas contribuem para a formação da cidadania porque não servem apenas para formar um bom profissional ou um bom educador, elas servem para formar um cidadão.

Suzana Avelar – *Como o senhor vê o papel da cidadania através da profissão de professor de universidade pública?*

AJM – O jovem que chegou ao ensino superior sabe bem o que é ser um cidadão completo, conhecedor de seus direitos e deveres definidos pela nossa Constituição. O papel do professor é importante, no sentido de mostrar aos seus alunos como exercer seus direitos, e sobretudo seus deveres com aqueles menos favorecidos e que formam o grosso da nossa população, nos aspectos educação, saúde, segurança pública etc.

Cintia Oliveira – *Para parte dos alunos de graduação e pós-graduação, os movimentos estudantis, tais como centros acadêmicos e coletivos, são a forma mais tangível de exercício da cidadania dentro da universidade. Em sua opinião, por que esses movimentos são mais próximos dos alunos do que a representação discente formal, por exemplo?*

Como essas formas de organizações se inserem no contexto maior de cidadania na sociedade brasileira?

AJM – Essa é uma questão difícil de resolver porque, realmente, esses movimentos estudantis defendem posições que vão ao encontro dos direitos e deveres do cidadão. Porém, existem muitas outras posições tomadas que não têm nada a ver com a questão da cidadania e que mais refletem posições em defesa da corporação ou categoria a que pertencem. Sendo verdade o que a pergunta colocou, me leva a crer que o processo de eleição é falho e os centros acadêmicos não representariam a opinião da maioria do corpo discente. Então, eu acho que aí até foge de formação do cidadão comum, que deve ser completa. Entretanto, mesmo neste caso, esses movimentos devem ser respeitados, desde que não interfiram nos direitos dos demais alunos, como o direito de assistir às aulas e o de ir e vir nos espaços da universidade, não destruam o patrimônio público etc.

Cintia Oliveira – *Em sua opinião, haveriam outras formas ainda mais eficazes de exercício da cidadania*

dentro da comunidade universitária?

AJM – Eu acho que a cidadania acaba permeando várias ações, e a finalidade das universidades é a formação do cidadão e o fornecer um bom profissional. Então, investir em formar bons professores e bons pesquisadores voltados para estudos que tragam benefícios para a sociedade. É de extrema importância que a universidade invista e insista nas atividades de extensão, que são as mais diretamente voltadas para a comunidade.

Bruno Padovano/Primavera Borelli – Quando pessoas vão em grandes números à rua para defender seus direitos e para questionar a classe política, isto parece ser o efeito de causas mais profundas, que têm a ver com uma participação política pouco significativa, restrita na maioria dos casos às eleições de representantes na arena política nem sempre à altura de seus mandatos. Em sua opinião, por que isso acontece? Como poderia se mudar isto na construção de uma sociedade mais cidadã no Brasil?

AJM – Quando as pessoas vão às ruas para defender seus direitos e para questionar a classe política, elas estão exercendo um direito do cidadão, garantido pela nossa Constituição. A meu ver, isto tem sido pouco significativo, pois o problema maior da nossa classe política está no nosso sistema eleitoral. A mudança é urgente, mas os políticos não têm nenhum interesse em mudar o sistema vigente, que coloca indivíduos que nem sempre são nossos representantes.

Hoje nós temos esses movimentos pontuais e de categoria, que não refletem e não defendem muitas vezes a cidadania para toda uma sociedade; e historicamente tivemos movimentos de massa, por exemplo, pelo fim do estado de exceção, da ditadura militar, onde o povo defendia um direito que lhe foi subtraído..

A educação é fundamental para isso. Se o indivíduo, qualquer que seja sua profissão, tiver uma educação de bom nível, o resto virá. Ele saberá defender os seus direitos, e isso contribui para a cidadania.

Primavera Borelli/Bruno Padovano – *A população brasileira, como um todo, é tida como apolítica, raramente se mobilizando para reivindicar seus direitos e/ou protestar contra determinadas situações (as exceções foram as revoltas históricas), diferente de nossos vizinhos na América do Sul, especialmente Argentina e Uruguai. Isso é intencional em termos de Estado e governo? Como o senhor compararia o grau de cidadania no País com o de outros países ocidentais?*

AJM – Parece ser intencional porque vemos a manutenção de certas situações que poderiam ser erradicadas. Por exemplo, a confecção de um orçamento com cortes em áreas em que os problemas são graves. A gente vê aqui no Brasil a situação calamitosa na área da saúde, o que é terrível para pessoas, sobretudo de baixa renda, que não podem ter um plano privado, vemos na televisão todos os dias situações que não são admissíveis. A gente vê que está sendo dada pouca atenção ao Aedes aegypti, que anda atormentando a nossa vida e está com a possibilidade de se tornar endêmico transmitindo todas essas doenças que estão se espalhando pelo território nacional e países de clima tropical. Há uma negligência que deixa a população num estado de preocupação muito grande, não só na saúde como na educação, setores fundamentais.

Por isso, nós ainda estamos um pouco longe. Mesmo na América do Sul há países onde a população recebe uma educação básica muito melhor que a nossa, e isso promove uma sociedade que tem muito mais noção do que é a cidadania, o que a

gente deveria esperar de um governo e dos direitos que nós temos. O Brasil precisa caminhar bastante nesse quesito, eu acho que ainda estamos longe dos países democráticos desenvolvidos e mesmo dos em desenvolvimento.

Bruno Padovano – *Como, em seu ponto de vista, a atual cultura digital e das redes sociais, própria de uma “sociedade líquida” (segundo Bauman), relaciona-se com as práticas de uma cidadania contemporânea?*

AJM – Eu acho que nós podemos encontrar de tudo na internet. Não resta dúvida de que ela permite que as pessoas estejam mais conectadas umas com as outras, conheçam seus hábitos, seus problemas e suas opiniões. Entretanto, é necessário filtrar todas as informações recebidas, pois nem todas que chegam até nós são importantes e boas. Muitos conceitos são errôneos e nos levam a situações perigosas, mas é claro que não existem saídas, pois cada vez mais estaremos conectados com as redes sociais. Temos que dar mais armas para o cidadão saber decernir o que é bom e que não é e isto é conseguido principalmente através da educação.

ADOLPHO JOSÉ MELFI *professor titular sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências da América Latina, da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Académie d'Agriculture de France e da Académie des Sciences d'Outre-Mer – e-mail: ajmelfi@usp.br*

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI *professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: revistacultext@usp.br*

BRUNO ROBERTO PADOVANO *professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP*

PRIMAVERA BORELLI *professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*

SUZANA HELENA DE AVELAR GOMES *professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*

WALDENYR CALDAS *professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP*

CINTIA OLIVEIRA *graduanda em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e repórter da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: cintiaoliveira1996@gmail.com*



O P I N I Ã O opinion

Inesperado e Inexplicável

Unexpected and Inexplicable

Afinal, o que é esperado e o que é inesperado? Esperamos que coisas aconteçam e melhorem nossas vidas. Procuramos isso de diferentes maneiras e por diferentes caminhos. Quando um não corresponde a nossas esperanças procuramos outros. Isso ocorre também na área da saúde. Quando sentimos que as condutas médicas ortodoxas não atendem àquilo que esperamos, procuramos alternativas na tentativa de encontrar resultados melhores. Às vezes elas funcionam pelo efeito placebo, por acreditarmos na alternativa procurada. Famosamente o efeito placebo atua até quando acreditamos no médico que nos cuida. O efeito plural da emoção sobre a saúde está bem comprovado e ele pode ser positivo ou negativo. O efeito placebo é um efeito positivo responsável por cerca de 60% do resultado obtido e inclusive pelo sucesso dos charlatões [2].

É nessa esperança que se procura por todos os meios de informação por maneiras de sermos mais saudáveis e mesmo de tratar de nossas doenças. É dessa maneira que se ganham informações sobre diferentes métodos alternativos que tem os mais variados nomes e se procura por quem os pratique, não importa se com seriedade ou não.

Ao mesmo tempo, encontramos informações sobre diferentes alimentos e diversas substâncias que de alguma maneira poderiam ser úteis para o nosso bem estar e, portanto, para a nossa saúde. Entretanto, inexplicável e inesperadamente, essas informações não são devidamente estudadas para poderem ser classificadas como cientificamente corretas e aplicáveis na prática médica. Elas permanecem naquilo que se rotula como “crença popular”.

Atualmente vivemos uma epidemia de dengue, a população está ficando com medo, e a única coisa que se tem feito a respeito é uma pesquisa de vacina e a caça ao mosquito por meio de inseticidas, telas e mosquiteiros. Note-se que o vírus da dengue pode atacar as pessoas mais de uma vez e a cada infecção a doença é mais grave, podendo ser letal. Note-se também que, de acordo com as notícias, a segurança da vacina francesa é só de 60% e a vacina brasileira, que se espera ter uma segurança

DIANA HELENA DE
BENEDETTO POZZI

Universidade de São Paulo.
Faculdade de Medicina, São
Paulo, Brasil

maior, talvez seja liberada apenas dentro de cerca de um ano. Ocorre que existem informações seguras sobre métodos práticos, simples e baratos de se eliminar os mosquitos utilizando pó de café nas plantas. Detalhe: o pó de café inclusive é bom para as plantas e se não for colocado nelas ele será simplesmente colocado no lixo. Também é de conhecimento popular que a ingestão do complexo B nos deixa com um odor que não agrada aos mosquitos, o que evita que sejamos picados por eles. Ao mesmo tempo existem informações seguras, e que não são de conhecimento público, publicadas desde meados do século passado em revistas como *Science*, *PNAS*, *Cancer Research*, de que a uva escura contém substâncias que são antivirais, entre outras qualidades. As inúmeras pesquisas publicadas a respeito nas últimas décadas podem ser encontradas no *MedLine*. Em relação aos vírus, substâncias contidas nas uvas atuam inibindo a transcriptase reversa e impedindo a proliferação viral e isso foi até demonstrado para o vírus da AIDS (SIDA). Poderia ser rotulado como coincidência eu ter acompanhado um paciente com AIDS e que teve linfoma (o que seria final) e que, graças à “crença popular”, passou a tomar suco de uva e, provavelmente por isso, está bem e saudável até hoje.

De fato não há qualquer relato em relação ao efeito do suco de uva em relação ao vírus da dengue, mas muito provavelmente sua proliferação é a normal para os vírus, via transcriptase reversa, e pode ser impedida.

Poderão dizer que alimento não é medicamento e que a atitude cientificamente correta seria fazer o isolamento da substância para que ela possa vir a ser sintetizada e utilizada. Entretanto, os profissionais da área química sabem que a uva contém inúmeras substâncias e que seu isolamento e estudo teria um custo elevado e ainda mais elevado se essas substâncias interagirem, pois então seria necessário avaliar uma infinidade de combinações dos componentes isolados. Na área da cardiologia já se orientam pessoas em relação à ingestão de suco de uva.

Chegamos então ao inesperado e inexplicável: por que não estudar e então explorar e aplicar a conduta alimentar boa e barata para prevenir e mesmo tratar infecções virais? Por que não aproveitar melhor o conhecimento existente e, quando necessário, ampliar esse conhecimento?

Espera-se, no mínimo, uma explicação para esse comportamento de ficar procurando soluções junto à indústria ao invés de fazer estudos clínicos e epidemiológicos em relação às questões em que já existe conhecimento, o que permitiria encontrar soluções para problemas que existem e preocupam a sociedade e, com isso, até criam mais um agente facilitador para doenças, o estresse [1].

REFERÊNCIAS

- [1] EYSENCK, H. J.; The future of psychology. In: **Mind and brain sciences in the 21st century**. Ed Robert L.: Solso, MIT Press, 1977, pp. 231-301.
- [2] HARRINGTON, A. (org.); **The placebo effect – an interdisciplinary exploration**. Harvard University Press: Cambridge, 1997.

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI *professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP*
– e-mail: dianahbp@usp.br



A R T I G O S articles

Conhecimento e Reinvenção Digital da Cidadania – Emancipação Social e Trabalho Criativo na “Cidade do Conhecimento”

Knowledge and the Digital Reinvention of Citizenship – Social Emancipation and Creative Labor in the “City of Knowledge”

RESUMO

A *iconomia* é uma economia política dos ícones. É urgente a compreensão ampla do significado tecnológico, icônico e econômico da cidadania digital contemporânea, assim como seus impactos nas dimensões complementares da afetividade, da narrativa e do trabalho. A partir dessa compreensão iconômica torna-se possível desenhar a centralidade das políticas públicas que se determinam e avaliam cada vez mais sobre suportes e plataformas digitais com ampla expectativa da sociedade de participar desses processos. A visão da iconomia e das políticas de desenvolvimento humano com oportunidades em larga escala associadas à economia criativa e audiovisual, digital e global resultou de 14 anos de projetos de pesquisa, curadoria, consultoria, extensão cultural e formação continuada realizados pelo grupo de pesquisa *Cidade do Conhecimento*. Esse ensaio consolida três dimensões desse processo cujo mote mais amplo é a reinvenção digital da cidadania por meios criativos: a *conceitualização* da iconomia e sua dimensão capitalista global; a *revisão histórica* sumária da trajetória experiencial da *Cidade do Conhecimento*, desde seu início no Instituto de Estudos Avançados da USP até sua convergência recente em plataforma de incubação de projetos, redes e curadorias culminando no amadurecimento mais recente, teórico e prático, da *Cidade* para uma forma emergente de *ecossistema criativo* cujas linhas mestras tanto conceituais quanto tecnológicas e políticas são apontadas na conclusão, onde reafirmamos os potenciais de integração transdisciplinar e emancipação social abertas pela pesquisa, pela extensão e pela incubação de projetos em rede voltada à economia criativa, audiovisual e digital.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes. Iconomia. Desenvolvimento Local. Internet das Coisas. Empreendedorismo Inovador.

ABSTRACT

Iconomics is the political economy of icons. It is now urgent to reach a broad

GILSON SCHWARTZ

Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e
Artes, São Paulo, Brasil.

understanding of the technological, iconic and economic effects of contemporary digital citizenship, as well as its impacts on complementary spheres such as affectivity, narrative and labor. The iconomic phenomenology leads to the centrality of public policies in order to design and evaluate over digital platforms which are subject to a collective bias toward participation. This vision of an iconomy associated to human development policies leading to large scale opportunities in creative audiovisual markets on a global, digital basis results from 14 years of experience leading research, curatorship, consulting, cultural reachout and social learning programs and projects at the *City of Knowledge Project*. This review covers three aspects of the overall agenda for the digital reinvention of citizenship leveraged by creative media: the theoretical, conceptual sphere as a moment of global capitalist development; a historical review of the experiential memory of the *City of Knowledge* from its inception at the Institute of Advanced Studies of the University of São Paulo to the most recent convergence to the workings of an incubator which may foster a creative ecosystem. Our concluding remarks point to the technological, theoretical and political guidelines of this emerging ecosystem, while stressing the transdisciplinary integration and social emancipation potentials open to research, extensionism and project incubation focusing on the frontiers of the creative economy.

Keywords: Smart Cities. Iconomy. Local Development. Internet of Things. Innovative Entrepreneurship.

INVENÇÃO DEMOCRÁTICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INSPIRAÇÃO HUMANISTA

Uma tripla revolução informática, telemática e rizomática marca a emergência da sociedade do espetáculo, da economia da informação em rede e da globalização do conhecimento após a Segunda Guerra Mundial.

Depois da bomba atômica, as fronteiras do desenvolvimento e da política tornaram-se mais dependentes da inteligência, rivalizando de modo inédito com o poder de comando da violência material na definição dos destinos da expansão da cidade e da cidadania. A democracia tem sua nova ágora na cidade digital.

Se o conhecimento é a chave da nova regulação capitalista, qual o papel da universidade pública na operação, na representação e na análise crítica do *status quo*?

Essas questões de fundo animaram desde o início o design do projeto *Cidade do Conhecimento**.

O desafio colocado já em 1999 ao Instituto de Estudos Avançados da USP era enxergar na matriz urbana material existente as conexões vitais feitas de redes imateriais que abrem caminho para novas cidadanias.

Navegar e reconstruir os espaços urbanos pela sua articulação com espaços e tempos virtuais e digitais é hoje uma questão de vida e morte seja para o indivíduo diante da inevitável *inclusão digital*, seja para empresas, organizações públicas e da

* Ver em <www.cidade.usp.br>

sociedade civil cuja sustentabilidade depende das competências criativas, comunicacionais e afetivas que são capazes de articular para navegar a internet.

Há em todo o mundo numerosos defensores de novas abordagens para pesquisar, medir e analisar os efeitos da digitalização. Essas *ciudades de conhecimento*, *ciudades inteligentes* (“smart cities”) ou ainda *ciudades criativas* (“creative cities”) e participativas surgem não apenas diante de nós, mas em nós, pois são diuturnamente o efeito da nossa própria interação (ou servidão?) voluntária por meio de celulares, caixas automáticos, controles de TV digital, blogs e redes sociais, pedágios digitalizados, geladeiras informatizadas e cada vez mais coisas, reais ou digitais, conectadas em redes, representadas por imagens e valorizadas por novas afetividades.

Este breve relato da experiência pedagógica, teórica e política do projeto *Cidade do Conhecimento* a partir de sua criação por concurso público em 1999 no Instituto de Estudos Avançados da USP pressupõe uma visão panorâmica do cenário econômico, teórico e político inovador no campo da crítica às *megalópoles* do ponto de vista das tecnologias de informação e comunicação (TICs) emergentes, como a internet das coisas e seu impacto no design de *ciudades inteligentes*.

Ao longo de 14 anos, dezenas de projetos e convênios, o projeto evoluiu para tornar-se um grupo de pesquisa que em seu terceiro ciclo de desenvolvimento assume a forma de uma incubadora de conteúdos em novas mídias e infraestruturas audiovisuais (o primeiro ciclo vai da criação em 1999 à transferência do IEA ao CTR-ECA, em 2005, o segundo culmina com a aprovação do projeto *WISH* pela Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, em 2012), com ampla e crescente rede de parcerias no Brasil e internacionais.

Institucionalmente, desde 2015 o grupo integra o Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes. Nos últimos três anos, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Política e Gestão Tecnológica (PGT) da Faculdade de Economia e Administração e patrocínio da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, a *Cidade* serviu como espaço de pesquisa teórica e debate público enquanto acelerava-se a sua conversão numa plataforma de inovação tecnológica voltada à invenção democrática de inspiração humanista. O projeto *World Innovation and Sustainability Helix* (WISH) introduziu a partir da *Cidade do Conhecimento* o conceito de uma “iconomia”,



Figura 1 – Logo do grupo de pesquisa *Cidade do Conhecimento*

ou economia política dos ícones, como referencial teórico para a formulação de políticas de desenvolvimento humano centradas na evolução das redes digitais globais.

Além de ECA e FEA, projetos e parcerias foram estabelecidos com laboratórios,

unidades, núcleos de pesquisa e docentes, estudantes e pesquisadores de inúmeras áreas do conhecimento, envolvendo Medicina, Direito, Engenharia, Ciência da Computação, Educação, Ciências Atuariais, Administração de Empresas, Filosofia, Antropologia, Psicologia, História, Geografia e Ciências Sociais, destacando-se a convergência com o Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação e Núcleo de Pesquisa Diversitas, na FFLCH, assim como projetos em parceria com outras universidades como PUC-SP, Metodista, Cruzeiro do Sul (Unicsul), Uniso, Universidade de Taubaté (UNITAU). A expansão internacional tem recebido apoios da FAPESP, British Council, União Europeia, em 2016, do governo francês ao selecionar a *Cidade do Conhecimento* para coordenar uma Cátedra Franco-Brasileira no Estado de São Paulo em parceria com o LABEX (Laboratório de Indústrias Culturais e Criação Artística) na Maison des Sciences de l'Homme Paris Nord na Universidade de Paris 13 (criado em 2011).

Esta peculiar *Cidade* promove, a partir de projetos, eventos e parcerias, tanto o debate e a reflexão quanto a experimentação, a realização e a formação de empreendedores voltados a inserir a convergência entre as TICs e as cidades no horizonte prático da construção de *cidades de conhecimento*.

Nesse processo, propõe também a inovação, a experimentação e o empreendedorismo no âmbito das formas de organização e produção do conhecimento pela universidade, na medida em que esta “coevolui” com a diversidade de parceiros mobilizados por projetos, eventos e realizações (artísticas, editoriais, ativistas e tecno-científicas), levando a uma transformação (pelo *feedback*) do projeto original e da institucionalidade do próprio grupo de pesquisa *Cidade do Conhecimento*.

Esse relato reúne traços desse percurso tríplice que envolve produção teórica, pesquisa e aplicações, culminando com a necessidade recorrente de reinventar a própria institucionalidade da *Cidade* e seu potencial de extensão e transformação, assim como suas metodologias de pesquisa, captação de recursos financeiros e avaliação de resultados, impactos e limites.

De que cidade se trata afinal? Uma realidade virtual, um objeto acadêmico, um campo muito peculiar da extensão que realimenta pesquisas sobre a cultura e o papel da universidade nesse ecossistema digital global e irreversível? Ou um ícone, uma imagem, um fenômeno provocador, disruptivo e transformador que pode participar da transformação em curso na sociedade, inserir-se na economia, na política e nas artes? E o grupo de pesquisa, qual sua produtividade como pesquisa, como extensão, como ensino e como promoção icônica de novos significados para a própria instituição USP?

A *Cidade* tem uma capacidade biopolítica, ou seja, um poder criativo e gerador de realidades (o que se poderia definir como um “ontopoder”). Uma cidade permeada por redes digitais experimenta continuamente essa inflação afetiva de potencialidades. Daí a hegemonia cultural da inovação e a busca incessante em todas as esferas de referências para o design de “habitats de inovação” (parques tecnológicos, incubadoras, espaços de *coworking*, redes de precariado e subcontratação etc.).

A *Cidade do Conhecimento* assumiu, ao longo dos anos, esse caráter de *habitat de inovação*, ou seja, redes onde a criação de direitos e o empreendedorismo inovador

são incentivados como parte de uma nova *iconomia* (uma economia de ícones, valores gerados em cadeias de produção de conteúdo digital). Partindo do contraste entre os paradigmas de Atenas e Jerusalém, apontamos para essa cidade *iconômica* que se constitui como a internet do futuro, integrando de modo nem sempre transparente as coisas, as pessoas e os símbolos tanto digitais e audiovisuais quanto reais e monumentais, materiais e carnavais, mas também afetos, humores e refúgios.

Projetos voltados à inclusão digital com viés da cidadania audiovisual contemporânea impactam as cadeias de valor da economia e as modalidades de legitimação de direitos humanos (e pós-humanos, como o direito à destruição de memória digital).

A geração de riqueza, renda e emprego ganham valor pela qualidade dos padrões de linguagem por meio dos quais definimos a arquitetura de nossas ideias, espaços e tempos.

Essa nova utopia da cidade digital inteligente requer políticas públicas de inclusão social e inovação que aos poucos conectem as cidades brasileiras aos fluxos de informação, poder e riqueza da internet.

Uma visão ampla do cenário contemporâneo voltado à cidadania digital anima a emergência no século XXI de inovações na produção de saber. É a própria reinvenção da democracia, da cidadania e da confiança coletiva que está em jogo.

CIDADES INTELIGENTES, UTOPIAS DIGITAIS E DIREITOS HUMANOS

Devemos considerar a internet um direito humano? Um dos criadores da rede, Vint Cerf, publicou o artigo *Internet Access is Not a Human Right* no jornal *The New York Times* afirmando o contrário [2]. Nos últimos anos, da Estônia à França, ocorreu o reconhecimento da internet como um direito civil, com o endosso de agências como as Nações Unidas. O Brasil destacou-se no debate do Marco Civil. Bem regulada, a internet pode funcionar como um mercado.

Mas Cerf alerta: a internet é habilitadora de direitos (“enabler of rights”), não um direito em si mesma. O pioneiro da tecnologia que permitiu a existência mesma de redes digitais dá um exemplo didático: o direito ao cavalo. Numa certa época, era indispensável ser proprietário de um cavalo para conseguir sobreviver, ganhar a vida. Mas o direito importante a reconhecer nessa situação é o direito à sobrevivência, não o direito ao cavalo.

Loosely put, it must be among the things we as humans need in order to lead healthy, meaningful lives, like freedom from torture or freedom of conscience. It is a mistake to place any particular technology in this exalted category, since over time we will end up valuing the wrong things [2]**.

**"Em termos mais vagos, deve estar entre as coisas que nós como seres humanos precisamos para levar uma vida saudável e significativa, como a proibição da tortura ou a liberdade de consciência. É um erro colocar qualquer tecnologia em particular nesta categoria superior, ou ao longo do tempo vamos acabar valorizando as coisas erradas" [tradução nossa].

Interessa identificar e discutir os resultados esperados, tais como liberdade de expressão ou livre acesso a informação, empreendedorismo e serviços. A internet é um meio a ser usado com determinados fins, não uma finalidade em si mesma.

A expansão de direitos humanos (que já incluem coisas e seres vivos em sua relação com os humanos) é um processo de emancipação social, que não se confunde com a inclusão de indivíduos, objetos e processos em formas de controle ou descontrole previamente definidas. Em realidade, esse é um processo frequentemente violento ao longo da história. A emergência da sociedade global em rede afinal acentua ou atenua os potenciais afetivos, violentos, passionais ou revolucionários da emancipação social?

O projeto *Cidade do Conhecimento* desde o início colocou em primeiro plano a democratização da produção de conhecimento como elemento inovador capaz de inaugurar formas de mediação autenticamente (e legitimamente) alternativas à violência na reinvenção contemporânea da emancipação social. Que redes servem a esses fins? Em que medida essa reinvenção da cidadania digital oferece garantias contra as tiranias?

A boa rede é a rede aberta a vários meios e formas de propriedade, mas uma rede fechada e controlada como forma de acesso a direitos pode ser apenas aparentemente favorável a uma expansão autônoma de direitos (pode ser uma rede manipulada ou sujeita a padrões menos democráticos e transparentes, como na China ou Cuba, de um lado, mas também como distribuída por “combos” que sistematicamente “vendem gato por lebre” nos mercados de varejo de banda larga ao consumidor doméstico). Na prática, a rede nunca é neutra.

A qualificação do debate nos EUA sobre a evolução da conectividade para padrões de articulação local das habilidades criativas, tecnológicas e cognitivas (proximidade estratégica a universidades), que denominamos “conectibilidade”, faz a diferença entre a inclusão digital (mero acesso para consumo) e a emancipação digital (empreendedorismo inovador, competitividade e reconfiguração de espaços, tempos e direitos). Mais que direitos, é a própria estratificação social que se vê em questão, com riscos para a sobrevivência não apenas de indivíduos, mas da própria classe média.

A visão da internet do futuro animada por “clusters” (nós da rede) adaptados para produzir inovação sustentável, conhecimento compartilhado e diversidade criativa é uma oportunidade de diferenciação frente a uma internet massificada em que apenas o acesso é relevante como indicador de inclusão social digital.

O conceito de “cidades inteligentes” (“smart cities”) surge também no contexto das políticas públicas europeias. Em 2011, ao divulgar a *Agenda Digital* entre União Europeia e Brasil com a formação de um fundo de 10 milhões de euros para programas de pesquisa, os governos incluíram *smart cities* entre as áreas de interesse e trabalho conjunto [3]. A documentação europeia indica também como prioridades a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em temas como “smart energy grids”, “smart factories” e “smart components” (matrizes energéticas, fábricas e componentes inteligentes), assim como a “gestão inteligente de informação” (“intelligent information management”).

Seja na visão norte-americana centrada na convergência entre complexo industrial militar, inteligência, grandes cidades-universidades e capitais privados (especialmente

venture capital de olho nas TICs em áreas como Vale do Silício, Seattle ou Nova York), seja na visão geopolítica europeia de articulação de uma internet do futuro em que as infraestruturas urbanas estarão integral e inteligentemente conectadas, vem para primeiro plano a imagem de uma nova cidadania indissociável da expansão da internet em seu terceiro ciclo de desenvolvimento.

Após a internet 1.0, centrada no acesso, e a internet 2.0, focada na interação colaborativa, a internet 3.0 integra as duas camadas anteriores num processo de evolução no processo de digitalização das realidades materiais e dos processos de produção e gestão, resultando na “internet das coisas”, mas que em última análise poderia ser igualmente batizada como a “internet das cidades”.

Igualmente relevante é a vertente que situa os impactos da convergência digital sobre o futuro das cidades com base no conceito de *cidades de conhecimento* (“knowledge cities”) [11]. A ênfase em conhecimento ou conteúdo, mais que na classificação deste ou daquele segmento ou atividade como criativa, é uma importante linha de pesquisa na literatura especializada em inovação. É o caso dos “media clusters” (aglomerados de mídia), apontados como forma inovadora avançada de promover a convergência de setores empresariais e outros atores econômicos e sociais na construção dos futuros espaços de desenvolvimento humano sustentável com grande ênfase na digitalização [13]. A *cidade de conhecimento* é definida como “a quintessência da cidade pós-industrial”, neste caso o vetor tecnológico e muito especialmente as TICs ganham evidência.

Stanford (Califórnia), Filadélfia (Pennsylvania) e Atlanta (Georgia) são os exemplos clássicos em que a localização geográfica é parte importante da explicação para o sucesso de um lugar ao sol sob a Guerra Fria, o desenvolvimento econômico centrado em universidades e a ação local. Nessa perspectiva, a aglomeração tem como objetivo maior desenvolver alta tecnologia como condição *sine qua non* para a emergência de *cidades de conhecimento* (ao lado de alta potência financeira, controle territorial e proximidade com universidades de alto nível).

A diversidade de perspectivas revela que além da tecnologia e da economia, há questões ontológicas (o que é um objeto real, quais as formas pelas quais é possível fomentar e organizar a emergência de espaços e tempos híbridos entre analógico e digital, real e virtual) e deontológicas (dimensões éticas da tomada de decisões com base em informação incompleta, natureza dos direitos que se almeja como fins e limites ao uso de diferentes tecnologias como meios para acessar esses direitos) subjacentes à definição das agendas da nova cidadania digital.

A POLIS METAFÍSICA ENTRE ATENAS E JERUSALÉM

Os vários modelos e ícones de sucesso na emergência contemporânea de cidades renovadas e até reinventadas por meio das TICs provocam no pesquisador e possivelmente no gestor público indagações de ordem metafísica.

O que é o bem? E o bem comum? O “commons” é essencialmente criativo? O código aberto é de fato gratuito? Qual o espaço ou a esfera do “público” e onde é

recomendável privatizar, terceirizar ou parcerizar? As novas diretrizes que construirão a cidade a partir da internet 3.0 devem colocar em primeiro plano as abordagens tecnológicas, culturais ou econômicas? De que narrativa se trata ao hierarquizar essas dimensões em função de valores humanistas?

Há pelo menos duas leituras do que se opõe ao privado no espaço da civilidade: *público X de ninguém*. Este parece ser um dos problemas graves da cidadania urbana contemporânea que se agrava quando ainda estão em disputa, no espaço em tese infinito da realidade virtual, aumentada ou híbrida (a internet 3.0, que combina o real das coisas tangíveis ao quase-caos do mundo virtual), os modos de produção, distribuição, controle, financiamento e regulação.

Como no “velho oeste” (metáfora recorrente entre os observadores da “corrida do ouro digital”), os sem-lei e os “fora da lei” confundem-se nas batalhas por tempo, espaço e financiamento nessa nova terra prometida que agora é digital. A polis virtual pode ser mais virtuosa? Numa era de banda larga vista como infraestrutura estratégica e liberdade de informação como condição para a criatividade e o empreendedorismo, como lidar com os ataques anônimos, a pirataria, as guerras de patentes e as novas formas de mobilização online para ações em praça pública?

Frente aos modelos tribais e nômades de organização que já prevaleceram e em boa medida são continuamente recriados na sociedade, o modelo da civilidade, da *civis*, da inteligência cívica exige também um olhar apurado sobre questões de natureza ética, política e também sobre nossas crenças, dentro ou fora da religião.

Platão estabeleceu uma referência fundamental quando argumenta pela possibilidade de “reis-filósofos” governarem a cidade. O problema ganha atualidade frente à extensão e profundidade, ao caráter imaterial e permanentemente inovador do paradigma digital, exigindo novas respostas para velhas questões como a da realidade do sujeito, do objeto, do espaço, do tempo e, como adverte Vint Cerf, de novos direitos humanos (contra novas formas de “acesso” a velhos privilégios e exclusões).

Quais os nós que amarram em cada cidade a técnica, o poder e o conhecimento? Em que medida recorrer à antiguidade filosófica e teológica pode ajudar a compreender os desafios associados à *existência* das cidades?

Leo Strauss, em textos como *A Cidade e o Homem* e *Sobre a Tirania*, em estudos sobre o *Leviatã* de Hobbes, *A República* de Platão ou na crítica ao niilismo alemão, tratou de evidenciar a dimensão teológico-política das decisões humanas recorrendo à comparação entre duas cidades icônicas: Atenas e Jerusalém [8, 21]***. É a partir da identificação dos valores e modelos políticos cristalizados nesse embate entre cidades clássicas que Strauss combate o niilismo****. Em plena Segunda Guerra (1941),

*** A origem mais remota da comparação é o Papa Tertuliano, no início do Século III, que resumiu a incompatibilidade entre Hebraísmo e Helenismo no mote “Quid Athenae cum Hierosolymis?” (“O que tem Atenas a ver com Jerusalém?”). A Bíblia também evoca a reconstrução do Templo de Jerusalém em pleno domínio helenístico, em especial no livro do profeta Zacarias. Debate análogo marca a obra de pensadores da primeira geração do existencialismo europeu como Lev Chestov e Benjamin Fondane ou Cioran, hipercéticos diante da convergência entre tecnologia e produção de morte em larga escala, sentimento que está na origem do pensamento “biopolítico” atual.

**** Classicismo, modernismo e pós-modernismo são denominações genéricas que permeiam o debate cultural e político contemporâneo, mas também evocam querelas similares ao longo da história.

associa o militarismo a um moralismo e alerta para as relações entre moralismo e as técnicas de gestão de sociedades fechadas, operando contra os princípios da civilização moderna (não tribal, não nômade e aberta).

Resta saber qual a fonte de conhecimento para dar conta desses direitos. O império da civilização digital, que em boa medida é a herança tecnológica do próprio império anglo-saxão no planeta (ou seja, exatamente o que Leo Strauss identifica à “civilização moderna”), não pode basear-se em critérios que não respeitem a máxima “rege imperio populos” que vem da *Eneida* de Virgílio: a sustentabilidade do império, ou seja, da civilização sobre o tribalismo e a barbárie, repousa sobre o direito****.

O contraponto entre razão, revelação e niilismo forma uma tríade metafísica diante da qual exemplos ou ícones de cidades são contrapostos. O contraponto entre Jerusalém e Atenas é também o conflito entre paradigmas da organização social como tribalismo e cidadania, enquanto o nomadismo tem como projeto moral um desenraizamento que facilmente se associa aos niilismos de todo matiz. As três orientações estão presentes nas principais visões contemporâneas sobre a relação entre cidades, poder e tecnologias de informação e comunicação.

Mais que “inteligente”, “criativa” ou “tecnológica”, importa saber se a cidade digital é democrática, ou seja, se o potencial de ordenamento racional é permeável às redes onde se afirmam contínua e cotidianamente a fluidez (mobilidade, nomadismo, flexibilidade) e a inovação técnica, simbólica e social incessante que se revela em padrões de linguagem e sistemas de informação (mais ou menos abertos) [17].

Nessa perspectiva, a cidade digital que anima uma nova política é favorável à convergência entre razão, crenças e incertezas criativas (“só sei que nada sei”, portanto preciso agir, testar, inovar). Integrando por meio da síntese entre técnica e cultura as dimensões do local e do global, a cidade digital é um *terceiro espaço*, uma terceira cidade que pode promover vidas criativas, ambientes sustentáveis e politicamente emancipatórios. Em suma, criar valores.

Esse potencial de desenvolvimento é sublinhado por Ray Oldenburg, sociólogo do urbanismo pioneiro na valorização dos “lugares de aglomeração pública informal” (“informal public gathering places”) [12]****, assim como nas pesquisas de Manuel Castells, que tem ressaltado os efeitos econômicos, sociais e culturais da difusão da comunicação com dispositivos móveis sobre fluxos e estruturas da vida cotidiana (tais como os “smart mobs”) [1]. Esse “terceiro lugar” sobrepõe-se digitalmente ao domicílio (o primeiro lugar) e ao local de trabalho (o segundo espaço existencial).

No Brasil e no mundo, desponta a internet 3.0, o desenvolvimento humano é cada

**** “Excudent alii spirantia mollius aera (credo equidem), vivos ducent de marmore vultus, orabunt causas melius, caelique meatus describent radio et surgentia sidera dicent: tu regere imperio populos, Romane, memento (haec tibi erunt artes), pacisque imponere morem, parcere subiectis et debellare superbos”. Em português: “O orto e sidéreo curso: tu, Romano, Cuida o mundo em reger; terás por artes A paz e a lei ditar, e os povos todos Poupar submissos, debelar soberbos.” [22]. Cf. ainda [10]. Em *Eneida*, o Império Romano aparece como portador da Providência e, portanto, é uma referência clássica no pensamento da política no limite entre razão e revelação, pacificação e submissão, regulação e domínio.

***** O “public place” tem conexões com o “pub” anglo-saxão e outras práticas de convivialidade e hospitalidade. No Brasil, autores como André Lemos associam essa civilidade a uma “cidade-ciborgue” e ao nomadismo foucaultiano (portanto em boa medida nihilista e pós-nietzscheano) [12, 7] para o qual “o deslocamento das relações entre o tempo e o espaço é a causa da inquietude presente” [9].

vez mais fruto de uma inteligência individual e coletiva que rompe fronteiras nacionais, territoriais e emocionais. Cidades inteligentes e criativas, redes sociais e desafios aos padrões de propriedade intelectual, geração de lucro e governança ocupam nosso cotidiano. Estamos nos transformando em seres sociais, semicorpos tecnológicos que se alimentam da imersão audiovisual na vida digital que parecem combinar em graduações variadas os princípios de design social tanto de Atenas quanto de Jerusalém.

Figura 2 – Emancipação Digital: empreendedorismo na economia do audiovisual. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/emancipacao/index.php>>. 3 – Agência USP de Notícias. Disponível em: <<http://www.usp.br/agenbols/2005/rede1761.htm>>. 4 – Agência de Notícias do Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/31526.html>>.



A ICONOMIA E O VALOR DO CONHECIMENTO NA CIDADE

A formação de redes estratégicas ou consórcios com a participação de empresas, coletivos, organizações sociais e administrações públicas confere ao projeto *Cidade do Conhecimento* um caráter não apenas interdisciplinar, mas política e institucionalmente consistente com uma perspectiva multissetorial, de abertura para a multiplicidade de interesses, afetos e valores associados ao desenvolvimento da internet.

Essa atuação fortemente marcada pela ênfase em pesquisa interdisciplinar e empreendedorismo, potencializando as oportunidades abertas pela rede formada por meio dos grupos de pesquisa, promovendo uma contínua realimentação entre teoria, prática e pesquisa empírica, marca as atividades de síntese entre engenharias, economia e humanidades voltadas à realização de iniciativas de “emancipação digital”.

Segundo Plonski [14]:

“No quadro referencial da economia da informação, a emancipação corresponde à pesquisa, desenvolvimento e inovação nos modelos de produção, compartilhamento e distribuição de conhecimentos aplicados à solução de problemas. E, ao eliminar a redundância do digital na expressão “inclusão digital”, procura-se alertar para a importância da inclusão, pela mídia digital, em redes produtivas de conhecimento e outros ativos intangíveis” *****.

A emancipação digital surge, para Plonski, entre as três formas de organização

***** Plonski registra a realização dos projetos da Cidade 1.0 e que resultaram no programa de emancipação para os governos federal, estadual e municipal no período 2001-2007.

das políticas tecnológicas capazes de “alimentar a expectativa de que as políticas de inovação de terceira geração possam gerar uma seqüência de movimentos coordenados de crescimento econômico e redução da pobreza” [14]. As outras duas são o “extensionismo tecnológico” e os “habitats de inovação”.

O investimento em pesquisa que resulte em um ecossistema de inovação com foco em economia social criativa e digital é, portanto, ancorado na produção de conteúdo audiovisual a ser incorporado às políticas públicas de inserção na economia do conhecimento que requer um processo de reformulação do imaginário de parte da sociedade acerca da inovação.

Trata-se de conceber e implementar políticas públicas que atuem sobre as cidades na perspectiva das *redes distribuídas*, desprovidas de centro e capazes de se auto-organizar. A popularização da telecomunicação pessoal, baseada em *redes distribuídas*, é um fato histórico, e promove maneiras renovadas para a população, empresas e governos construírem práticas em escalas sociais e geográficas muito variadas, do global ao local, do empreendimento à comunidade – ativando características dos *sistemas distribuídos*: adaptabilidade, resiliência, flexibilidade, auto-organização, produção de novas legitimidades e representações (ícones).

As redes digitais não apenas produzem essa reconfiguração no comportamento das pessoas que nos acostumamos a chamar de *redes sociais* (como se alguma rede ou tecnologia pudesse existir sem ser social), mas reorganizam o mundo e obrigam a espécie humana a pensar de uma nova forma, atualizando a crítica da racionalidade técnica e nos convidando a novas formas de resistência criativa à automação, à precarização do trabalho e à alienação pelo consumo insustentável.

As redes digitais nos convidam a pensar de forma diferente e também a pensar a diferença, o risco de supressão da diversidade e o potencial de emancipação em novas dimensões da (auto)organização e da cultura.

No Iluminismo, a inserção do sujeito no mundo deriva de um pensar individualista. O ego se afirma com a capacidade de controlar a existência a partir do seu próprio pensamento, a ponto de “esquecer” o corpo. Trata-se de uma mudança muito forte em relação aos períodos anteriores, marcados pelo pensamento religioso ou místico. Passa-se a um pensamento racional, não mais um pensamento mágico, mas instrumental, pelo qual o sujeito domina o mundo.

Algo muda com as redes que geram valor numa cidade governada pelo conhecimento? Que novos direitos, legitimidades e oportunidades são abertas pela sua *iconomia*?

Há uma evidente predominância da comunicação digital em todos os processos de investimento, produção, distribuição, monetização e consumo. Surgem novas metáforas que projetam a anatomia do cérebro para dimensões supraindividuais, a percepção de uma “biopolítica” torna-se hegemônica nas humanidades (em crise).

Pierre Lévy há muitos anos ressalta essa interação entre a tecnologia das redes e a transformação do pensamento, consagrando o conceito de “inteligência coletiva” e de uma linguagem para a economia da informação como fundamento da emergente semântica web. É verdade que os indivíduos se conectam, colaboram, têm amigos e participam de *redes sociais*. Mas, além das conexões aleatórias ou circunstanciais,

sobressai uma estrutura ou um organismo virtual, talvez um cérebro coletivo, uma inteligência que se conecta, uma unidade que se realiza apenas na diferença consigo mesma – desafiando, portanto, as noções clássicas de identidade e subjetividade.

Essa transformação social e técnica abala o cartesianismo e a nossa certeza de que, a partir do que “eu penso” (substituído agora pelo “eu me conecto” ou “interajo”), gero um resultado que eu controlo. A fenomenologia do controle é matricial, não causal.

As novas formas de fazer ciência já refletem a existência dessa superestrutura digital autoconsciente. Como ela pensa? É claro que se trata de um pensamento comunicacional (eu comunico, logo penso) e não de um pensamento existencial (eu penso, logo existo). Se eu não me comunicar, se não estiver conectado a uma dimensão que surge além da inteligência individual, já não sou tão potente.

O exemplo maior da emergência dos novos mercados da iconomia é o predomínio do *big data* – produto desse gigantesco cérebro global que está produzindo informação incessantemente. Em outras palavras, é o conjunto de dados extremamente grande que, por isso mesmo, exige ferramentas especiais (métricas e metadados), de forma que toda e qualquer informação possa ser encontrada, analisada e aproveitada de modo útil e em tempo hábil, como derivada de mapeamentos semânticos que transformam os limites da comunicação entre seres, coisas e símbolos.

A palavra “economia” deriva da junção dos termos gregos *oikos* (casa) e *nomos* (costume, lei), denotando a administração da casa, do lar. A economia doméstica sempre foi a metáfora preferida dos economistas: você não pode gastar mais do que tem, precisa saber ajustar meios a fins etc. Esse é o paradigma clássico da equivalência cartesiana entre oferta e demanda, que nos leva à expectativa ou confiança quanto à existência de um preço de equilíbrio – tudo muito objetivo, mecânico, determinista.

Na *iconomia*, entramos num universo sem precedentes: já não estamos nos relacionando apenas a regras de “gestão da casa” (ou da empresa, das contas públicas, etc.), mas a regras de gestão de ícones.

As redes sociais produzem reputação, afetividade, diálogos. Isso tem que se expressar, ser representado em ícones, a começar por um ícone como o *like*, o caminho mais rápido para compartilhar conteúdo em redes sociais. Assim, mais que preço ou precificação, estamos entrando numa dimensão de apreço, de apreciação.

Esses são desafios que nossas autoridades, lideranças e mesmo algumas das melhores inteligências acadêmicas e culturais ainda não enfrentaram. Para construir a sociedade em rede, não basta comprar máquinas ou estender cabos e redes sem fio por telecentros ou infocentros, com ou sem software “livre”. É preciso saber o que fazer para bem ocupá-las e bem governá-las.

É urgente debater resultados, assim como produzir mais informação de qualidade sobre usos e demandas para, enfim, delinear uma agenda de inclusão digital sustentável, democrática e racional. Sem essa política, nossas cidades reais ficarão mais distantes dos padrões emergentes, inovadores e competitivos da economia do conhecimento. Ficaremos com cidadãos não apenas aquém de uma nova etapa da história do capitalismo como também excluídos de oportunidades de renovação dos

horizontes de desenvolvimento humano, de ampliação da liberdade e de promoção da criatividade. Se não nos apropriarmos do digital, não daremos conta do real.

REFERÊNCIAS

- [1] CASTELLS, M. *et al.* **Smart Mobs**. Boston: MIT Press, 2005. Disponível em: <www.smartmobs.com/archive/2005/07/10/manuel_castells.html>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [2] CERF, V. Internet Access is Not a Human Right. **The New York Times**, New York, p. A25, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/05/opinion/internet-access-is-not-a-human-right.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [3] DIGITAL Agenda: EU and Brazil strengthen ties with €10 million joint ICT field research programme. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/1316&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [4] FONSECA, A. C (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://www.garimpodesolucoes.com.br/downloads/ebook_br.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [5] FRIEDMAN, T. So much fun. So irrelevant. **The New York Times**, New York, p. A23, 3 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/01/04/opinion/friedman-so-much-fun-so-irrelevant.html?_r=1&src=tp#h\[WaaAtt,5](http://www.nytimes.com/2012/01/04/opinion/friedman-so-much-fun-so-irrelevant.html?_r=1&src=tp#h[WaaAtt,5)>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [6] FUNDACIÓN TELEFÓNICA. **El siglo XXI está llamado a ser el siglo de las ciudades**. Madrid: Ed. Ariel, 2011.
- [7] GOOLTZ, F. **The internet as third place**. Disponível em: <<http://www.advomatic.com/thirdplace>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [8] HYNES, D. Reading Strauss, in Animus. **The Canadian Journal of Philosophy and Humanities**, vol. 4, 1999. Disponível em: <<http://www2.swgc.mun.ca/animus/Articles/Volume%204/Volume%204%20Complete.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [9] LEMOS, A. Resenha de flash mobs e smart mobs: uma análise do cenário das metrópoles contemporâneas. **404 Not Found**, ano 8. v. 1. n. 65, jan.-fev. 2008. Disponível em: <<http://andrelemos.info/404notfound/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [10] LÓPEZ, R. O. La idea imperial em Virgilio. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie II, Historia Antigua, 2008, pp. 259-273. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFserieII-2008-21-3120&dsID=Documento.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [11] MARA, M. P. **Cities of knowledge**: cold war science and the search for the next silicon valley. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- [12] OLDENBURG, R. **The great good place, cafes, coffee shops, bookstores**,

- bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community.** New York: Paragon House, 1989.
- [13] PICARD, R. G. **Media clusters:** local agglomeration in an industry developing networked virtual clusters. JIBS: Working Paper Series, 2008. Disponível em: <<http://www.robertpicard.net/PDFFiles/mediacusters.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [14] PLONSKI, G. A. A inovação e as demandas sociais. In: Marcovitch, J. **Crescimento econômico e distribuição de renda.** São Paulo: EDUSP-SENAC, 2007.
- [15] RYBCZYNSKI, W. Do you see a pattern?. **Slate**, 2 dez. 2009. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/arts/architecture/2009/12/do_you_see_a_pattern.html>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [16] SCHULER, D. Public sphere project. In: SCHULER, D. **Liberating Voices – A Pattern Language for Communication Revolution.** Boston: MIT Press, 2008. Disponível em: <<http://www.publicsphereproject.org/patterns/pattern-table-of-contents.php>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [17] SCHWARTZ, G. Digital emancipation. In: SCHULER, D. **Liberating Voices – A Pattern Language for Communication Revolution.** Boston: MIT Press, 2008. Disponível em: <<http://www.publicsphereproject.org/patterns/pattern-table-of-contents.php>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [18] _____. Community currencies. In: SCHULER, D. **Liberating Voices – A Pattern Language for Communication Revolution.** Boston: MIT Press, 2008. Disponível em: <<http://www.publicsphereproject.org/patterns/pattern-table-of-contents.php>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [19] _____. Tecnologias de informação e comunicação e redes digitais. In: Landi, R. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de São Paulo.** FAPESP, 2005. Disponível em: <http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume2/indicadores_vol2.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [20] SMITH, S. The architecture of sharing. **Shareable Cities**, 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://shareable.net/blog/the-architecture-of-sharing>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [21] STRAUSS, L. **The city and man.** Chicago: Rand McNally, 1964. Disponível em: <<http://ia700503.us.archive.org/7/items/LeoStraussOnGermanNihilism1941/Strauss-GermanNihilismintegral.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- [22] VIRGÍLIO. **Eneida.** Tradução de Manuel Odorico Mendes. Canto VI, p. 847-83. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

GILSON SCHWARTZ economista, sociólogo e jornalista, professor livre-docente do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Pesquisador associado ao Núcleo de Política e Gestão Tecnológica (PGT) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e membro do conselho do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo (NUTAU-FAU-USP). Curador, desde 2015, do Portal da Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (<www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br>). Escreve o blog *Iconomia* na revista EXAME (<www.exame.abril.com.br/rede-de-blogs/iconomia>) – e-mail: gilson.schwartz@gmail.com

Arte e Realidade

Art and Reality

RESUMO

A representação da realidade pelas obras de artes na maior parte do tempo, ao invés de tornar presente o que já existe, apresenta o que está ausente, ou configura um equivalente visual do que é inteligível por meio de valores simbólicos ou de alegorias. O que designa a conformidade de uma ação ao modelo de uma outra ação preexistente, ou mesmo da reprodução da aparência de qualquer coisa, porém, sem que seja uma réplica, mas a arte da realidade de reconhecer as belas coisas da vida.

Palavras-chave: Técnica. Ilusão. Arte. Imagem.

ABSTRACT

Reality's representation through artwork mostly, instead of realizing what already exists, shows what is absent, or configures a visual equivalent of what is intelligible through symbolic values or allegories. What designates the accordance of an action with the model of another pre-existing action, or even of the reproduction of something's appearance, however, without being a replica, but the real art of recognizing beautiful things in life.

Keywords: Technique. Illusion. Art. Image.

“A arte não é a representação de uma bela coisa, mas a bela representação de uma coisa.”

Immanuel Kant

CHRISTIANE WAGNER

Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Artes.
São Paulo. Brasil.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a arte no Ocidente se apresenta até o Romantismo, século XIX, com interpretações da teoria do Belo e da *mimésis* se renovando e encontrando como ponto de referência as teorias de Aristóteles em sua obra *A poética* [2], que contraria a teoria das *Ideias* de seu mestre Platão, do livro III de *A República* [15]. Aristóteles apresentou a *mimésis*, e recusou a separação do mundo inteligível do mundo sensível e associou o prazer à imitação artística da natureza. Para Aristóteles a arte é benéfica de todas as formas, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Enquanto o sentido de Platão para a *mimésis* estava nas artes figurativas, para Aristóteles a *mimésis* era representação do sentimento como objeto de importância nas obras artísticas ao sentido de uma catarse (*catharsis*) na tragédia. E, ao sentido da *mime*, do aspecto mimético, a reflexão de Aristóteles abordava a arte de dançar (em sua semelhança e origem, imitando animais). Nesse sentido, a arte do *mime* trata da identificação pela transferência de personalidade. Contudo, apenas no início do século XX, é que se constatou, pelos estudos arqueológicos, na arte rupestre, esse gesto de imitação dos movimentos de animais. A seguir, em algumas figuras extraídas das paredes das cavernas de *Les Trois-frères*, em *Montesquieu-Avantès, Ariège (Midi-Pyrénées)*, França, figuras representativas marcam a história da arte, a arte do paleolítico.

Figura 1 – Pequeno feiticeiro com arco musical (*petit sorcier à l'arc musical**).



Esta figura, que por muito tempo alimentou fantasias de serem representativas dos primeiros gestos musicais, da arte da música, hoje comprovado por cientistas, representam movimentos humanos imitando animais para o simples rito de caça, que seja um ritual de caça ou xamânico, também são os primeiros movimentos para a origem da dança.

* Bégouën, Henri: *Les Grottes de Montesquieu-Avantès, Enlène, Les Trois-Frères*, Le Musée de Pujol. Toulouse 1936



Figura 2 – desenho de Henri Breuil: “[...]nesta figura, as mãos não demonstram os movimentos de uma marcha, mas o gesto identificado em danças de alguns povos primitivos”.**



Figura 3 – Feiticeiro (Sorcier ou Dieu cornu) na caverna.***

Desde o Renascimento, a tradução e a interpretação do termo *mimésis* foram a origem de importantes debates filológicos e teóricos e tiveram um papel importante na

** BEGOUEN, Henri. *Un dessin relevé dans la caverne des Trois-frères, à Montesquieu-Avantès (Ariège)*. In: *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 64e année, N. 4, 1920. pp. 303-310. Disponível em: [/web/revues/home/prescript/article/crai_0065-0536_1920_num_64_4_74336](http://web/revues/home/prescript/article/crai_0065-0536_1920_num_64_4_74336) Acesso em: 20 ago. 2014.

*** BEGOUEN, Henri. *Les bases magiques de l'art préhistorique*. In: *Revue Scientia*, 1939. Disponível em: <http://www.hominides.com/html/art/magie-art-prehistorique-chasse-1.php> Acesso em: 20 ago. 2014.

história do pensamento artístico. Em todas as artes a *mimésis* diz respeito à imitação da natureza, ou seja, representação da realidade. A tragédia, como a principal concepção de arte, prevaleceu durante muitos séculos denominada *mimésis*. Da Antiguidade à Idade Média, a concepção da realidade e sua representação do mundo antigo e do mundo medieval se distinguem, segundo Erich Auerbach [3], entre a Odisseia e a Bíblia. Enquanto o real e o cotidiano não se ausentam na obra de Homero, com significados limitados, sem nobreza de estilo e nem mesmo remetendo ao sublime, a Bíblia, ao contrário, oferece o espetáculo e a interpretação figurada. Os fatos cotidianos representam sinais de um advento superior, com características simbólicas e esotéricas próprias à mentalidade medieval; é a vida do Cristo relacionada com o cotidiano, a família e a tragédia sublime que marca a ruptura categórica com a Antiguidade no sentido da *mimésis* em sua concepção literária do real.

Em suma, a teoria da *mimésis*, propriamente associada ao termo, apresenta etimologicamente seu sentido na Grécia antiga com significados distintos de interpretação na tradução para o latim, somados aos valores da Idade Média, que é a passagem do termo *mimésis* para *imitatio*, *imago*, designando a imagem de Deus, associado a todos os segmentos do sagrado. No século XIV, a expressão *imitatio Christi* ilustrou bem essa transformação. A ideia pela qual o homem foi criado à imagem de Deus situa o termo *imago* não apenas ao sentido da cópia mas, também, da analogia. E, a partir do significado latim, é que os italianos desenvolveram a teoria da *imitazione*. Mas, em oposição a essa teoria, os franceses adotam a teoria de Aristóteles, *mimésis*, que prevaleceu no pensamento europeu desde o século XVII, e dessa concepção francesa, os alemães desenvolveram suas reflexões sobre a *mimésis* (*Nachahmung, nachmachen, kopieren, nachbilden*) a partir do século XVIII. Nos séculos XV e XVI, no Renascimento, a teoria da Aristóteles sobre a *mimésis* foi referência na pintura, enquanto imitação da natureza.

No Cinquecento, o artista dotado de talento, podendo ser reconhecido como gênio, mesmo que, considerado pela religião como dotado de um dom divino, realizava sua arte pela *mimésis* ao encontro da bela natureza. E esse assunto, objeto de discussões entre artistas intelectuais, humanistas e a teologia, questionava-se quem seria o criador. A resposta convincente foi de Da Vinci, ao afirmar ser o artista. Porque o artista nos ensina a ver o mundo: “[...] o pintor não pinta o que ele vê, ele pinta o que ele pensa, e porque ele pinta o que ele pensa ele vê também o que ele pensa” [12]. Essa afirmação se assemelha a um conhecido ditado alemão, que surgiu da obra de Kant: “pensamentos sem conteúdo são vazios, visões sem conceitos são cegas” (*Gedanken ohne Inhalt sind leer, Anschauungen ohne Begriffe sind blind*) [11]**** em *Crítica da Razão Prática*, ao refletir sobre o equilíbrio entre a razão e o sentimento. Assim, do Renascimento aos nossos dias, uma questão ainda subsiste nas artes: de onde vem a força que o conduz à criação, no sentido de inovação? Seria pela razão ou pelo sentimento? No Renascimento não estava em questão o binômio razão e sensibilidade.

O princípio estético dominante era a imitação (*mimésis*) pela Matemática, Geometria no domínio da arte, não de cópia, mas pelas técnicas de adequação, como

**** (nossa tradução).

submissão às técnicas da perspectiva. O objeto da arte era a natureza, o homem e Deus. Mas, ao designar “homem”, ainda não se tratava de homem, sujeito, portanto, não se falava em subjetividade nessa época. Mas, de Kant à atualidade, essa questão permanece aberta. Razão ou sensibilidade?

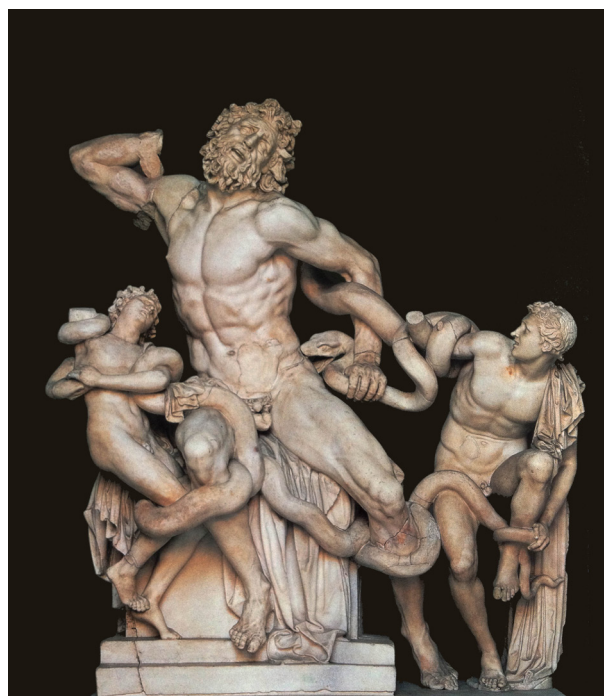
DESENVOLVIMENTO

A beleza, considerada racional, é associada à harmonia, implicando o conhecimento científico. Demorou muito até que a imaginação, a intuição, a emoção, a paixão e outros sentimentos pudessem ser considerados também faculdades criativas capazes de produzir a beleza. Sentimentos esses que mais tarde puderam ser refletidos por Kant em seu juízo estético. Foi preciso atingir o equilíbrio, chegar a um contexto no qual a síntese da razão com a sensibilidade tivesse importância para que a experiência estética encontrasse sua força, no final do século XVIII.

Seja qual for a obra em seu processo de realização existe uma referência – imitação –, um modelo àquele que a realiza, seja o artista ou o artesão, pelas suas capacidades próprias de aptidão técnica e intelectual. Essas aptidões compreendem o domínio técnico e o material utilizado, popularmente conhecido como os “segredos” do artista ou da genialidade como referência para o artista. Os segredos se justificam pela condição de não serem explicados, permanecendo intransferíveis, mesmo entre mestres e discípulos, portanto não podem ser transmitidos.

Lembremos que, antes da autonomia da disciplina estética, ainda na primeira metade do século XVIII, e desde o Renascimento, a arquitetura, a escultura, a música, a poesia, a pintura e a dança eram orientadas pelas teorias que tinham como objeto o Belo e a arte como imitação da natureza – *as belas-artes*. Nessa época, a força da poesia e da pintura em teorias discutiam as belas-artes, das quais a conhecida frase de Horácio resistia ao tempo: *Ut pictura poesis erit* (a pintura é como a poesia), reduzindo as artes a um mesmo princípio de imitar a natureza, a bela natureza, que por Charles Batteux, em sua obra de 1746 [4], o sentido estava em satisfazer pela aparência, pelo gosto e pelo amor a si próprio. Como os temas epicuristas que se destacaram na obra do poeta romano Horácio (império de Augusto) com a importância em se aproveitar o presente (*carpe diem*) pelo reconhecimento da brevidade da vida e a busca pela tranquilidade (*fugere urbem*). Para Batteux, o que era considerado uma criação nova, uma nova representação da relação entre o homem e a natureza, era o que seria a genialidade. Ou também, comparando os limites da poesia com os da escultura, conforme Gotthold Ephraim Lessing, em *Laocoon*, 1766.

Figura 4 – Laocoonte, século I a.C. Roma, Museu Vaticano.*****



Para Charles Batteux o gosto era o prazer próprio de tudo o que oferecesse o sentimento agradável. E este prazer deveria estar presente em todas as artes, sem que fosse necessário comparar ou hierarquizar os méritos de cada arte. As diferentes práticas artísticas procuravam atender às expectativas desse ideal de beleza. Cada arte, em suas especificidades criativas, foi comparada e hierarquizada. Os modos de cada arte, pelas suas possibilidades técnicas e materiais, podem favorecer mais ou menos a obra em sua função expressiva. E, pelas palavras de Batteux, “Arte [no singular] significa todas as artes, é a capacidade exclusiva e singular presente em todas as épocas e lugares se diferenciando da imitação da natureza [*mimésis*]” [4]. A obra de Batteux foi muito importante para que Schlegel, Kant e Hegel refletissem sobre a concepção da *mimésis*, do gênio e sobre o racionalismo clássico. Mas, atravessando um período de muitas discussões entre artistas, críticos e historiadores, principalmente com a teoria de Lessing, cada arte passou a ser valorizada em seus limites e valores específicos. Para a reflexão dessas realizações artísticas a obra fundamental é a poética de Aristóteles (principalmente sobre o teatro) na distinção de uma imitação, no sentido de similaridades. A imitação, segundo Aristóteles, é um meio de adquirir o conhecimento. No sentido metafísico de Pitágoras e Platão, surgem aqueles que buscam acima da arte uma realidade, situando a realização artística apenas no domínio do sensível, considerando a arte apenas a imitação (*mime*), depreciando a condição dessa arte ser absoluta enquanto meio de se chegar ao conhecimento, à intelectualidade, ao mundo das ideias. Essa arte é a aparência; seja por meio de técnicas de cores

***** Obra realizada pelos artistas da antiguidade grega: Agesandros, Polydoros et Athénodoros de Rhodes. [6; 14].

artificiais, seja pelas técnicas do som, seja por todas as formas que possamos realizar artificialmente, materializar, seria sempre uma forma aparente, despertando nossos sentidos ao percebê-la. A ilusão, portanto, é a aparência. A sensibilidade em percebê-la, diz respeito à estética. O contrário, o que uma realidade seria, diz respeito ao não estético (*anesthétique*).

Uma realidade capaz de nos oferecer o sentido da vida deveria ser a realização como tal. Mas essa existência real, só e efetivamente, seria muito pragmática, principalmente ao supor que o homem possa se autossatisfazer. O homem não poderia compreendê-la em toda a sua complexidade. Um ser único, em sua própria existência, até o fim de sua vida, não representa uma verdade, ou seja, uma única concepção da realidade tal como sua experiência única. Até porque o sentido de uma realidade é o ser como sempre o foi, dotado de uma capacidade extraordinária de imaginar. O homem se relaciona com todas as questões apresentadas pelo mundo. O mundo da arte, o das imagens e do mercado cultural, é o espaço que está diante de culturas para a transmissão do passado e, conseqüentemente, transformando-o. Essas questões se reúnem em duas perspectivas: a primeira é da imagem em vista de uma ilusão perfeita, isto é, a realidade virtual que está desencantada com a proliferação das imagens. A segunda é um debate da capacidade do homem de se elevar para configurar uma imagem, seja ela mesma uma abstração do mundo na qual se possibilita extrair do ritmo cotidiano, ou seja, do mundo real à ilusão. O trabalho de criação apresenta-se de forma indispensável, da qual depende o futuro da humanidade. Ainda mais, não se leva em conta que a criação ideológica, artística e cultural seja vital porque é ela que oferece as orientações na vida em sociedade em tempos de profundas mudanças. Sobretudo, no decorrer do século XX, muitos pensadores estudaram as consequências das inovações consideráveis e indispensáveis no domínio das culturas técnicas, das culturas políticas, e da cultura material da vida cotidiana. Sendo assim, no que diz respeito à ilusão imaginária, que exprime a crença de ver o mundo de hoje e de desenvolver o que foi nomeado por Baudrillard de ilusão incisiva (*l'illusion incisive*), depende de alguns antecedentes importantes para a dinâmica atual do espaço público. Hoje a ilusão tornou-se mais forte que o real, ao ponto de não conseguirmos nos abstrair do cotidiano. Abstrair-se do mundo tangível é estar além de todas as nossas sensações, por meio da crítica – no sentido positivo, em sua origem grega –, que significa diferenciar e chegar ao verdadeiro sentido, pela razão pura que significa estar com uma razão sem dependência das sensações, ou seja, dos sentidos para poder conhecer ou não o que seja possível, sem ilusões. Pela análise da esfera pública, como transformações do espaço público, somam-se ainda ao fato político as redes de comunicação públicas e da posição do cidadão em buscar uma politização, mais participação e liberdade de expressão.

A grande referência para uma vida pública e politizada foi a Revolução Francesa, não só para a França, mas também para a Alemanha, como nos confirmou Jürgen Habermas, além, claro, para toda a Europa e grande parte do mundo. A literatura e as artes passaram a ter uma concepção com discussões políticas ou alusão aos acontecimentos políticos. Porém, não está nos aspectos da urbanização, das ideologias da geração que marcou a revolução cultural e das consequências do desenvolvimento

econômico e social. Nem mesmo na caracterização do processo de transformação devido à emergência de novas políticas, para as relações públicas e comerciais que orientam o sistema de mercado. Como já sabemos há muito tempo, nossa ilusão de real é devida à influência exercida não só pelos novos recursos tecnológicos, mas por sermos parte de uma cultura de massa, influenciada pelos *media* e antes mesmo pela literatura e arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não acreditar nas imagens significa: primeiro, acreditar em outra realidade, inicialmente se desvinculando da tradição e do convencional, isto é, eliminando qualquer sentimento ao realizar uma obra sem a nostalgia do passado. Mas, depois, naturalmente haverá uma necessidade de os indivíduos acreditarem nessa nova realidade como tradição; em segundo, acreditar na capacidade de compreender todas as formas de dissimulação da sociedade. É o conhecimento da verdade que se esconde atrás de todos os objetivos das relações sociais. É o que chamamos de a imagem da sociedade – a imagem contemporânea. Então, os meios para orientá-la podem ser a condição de destruir as imagens para outras novas imagens alcançarem seu objetivo. Que é a ideia de fazer acreditar em outras ideias. A reflexão sobre a inovação na configuração das imagens é, em princípio, uma destruição de tudo o que existe e que se compreende como imagem. Mas não na prática, apenas na abstração. Na prática, no mundo tangível, as imagens resistem ao tempo de todas as realizações e mantêm a tradição como história. Principalmente as de grandes conquistas e por meio das técnicas de persuasão pela imagem no espaço público. Obras monumentais são consideradas patrimônio histórico da humanidade; até mesmo quando destruídas pelas guerras, são reconstruídas fielmente segundo a original, como aconteceu em Dresden, Alemanha, depois da destruição total da cidade, em 13 de fevereiro de 1945, com um ataque das forças aliadas anglo-americanas. Com grande destaque foi a reconstrução da igreja luterana de Nossa Senhora (*Frauenkirche*), construída originalmente, por volta dos anos de 1726, por um dos maiores arquitetos do barroco alemão, Georg Bähr. Uma obra monumental que, ainda com grande força estrutural, resistiu à Guerra dos Sete Anos, mas não conseguiu resistir aos bombardeios no fim da Segunda Guerra Mundial. O grande destaque nessa arquitetura é a cúpula em forma de sino, conhecida como *Sino de pedra*, além do altar e órgão, que no original, a partir de 1731, contava com o grande especialista em composições para órgãos, Johann Sebastian Bach.



Figuras 5 e 6 – Frauenkirche, Dresden, Alemanha. Foto: Christiane Wagner, 2012.

A busca pelos valores tradicionais em contraste com o ideal de inovação, em uma dialética, constrói narrativas para um julgamento de valores em estética. A imagem no espaço público tem diferentes formas de apresentação, não só figurativas, mas também pela própria configuração do espaço público com seus monumentos, arquiteturas e espaços de convívio. A saber, a arte como objeto de estudo em estética, objeto principal de configuração de imagem ao se reportar à arquitetura, ou à escultura, analisa a importância da relação com as grandes atividades materiais, sociais ou espirituais da vida humana. da irracionalidade, das dores, da infelicidade, do desespero,



Figura 7 e 8 – Altar com o órgão e cúpula na Frauenkirche, Dresden, Alemanha. Foto: Christiane Wagner, 2012.

A sensibilidade, com maior intensidade para alguns artistas, menos para outros, não está no contexto ou na época, mas na espécie humana. E o que se faz, com o sentimento, é que está relacionado a um período. Podem-se fazer coisas belas ou horríveis. A forma de realizar as coisas boas e belas, ou seja, os meios pelos quais se utilizaram as técnicas e materiais são comparados com base em seus processos de criatividade. A arte sempre dependeu da técnica, no seu desenvolvimento, que é o resultado de um conhecimento, aprendizado, aptidão para transmitir e expressar de forma espontânea ou intencional o que se percebe no meio. A arte é a reprodução (*mimésis*) do equilíbrio, da reflexão, da compreensão, da paciência, da felicidade, da alegria, do amor, da compaixão, da beleza e dos bons sentimentos. Como também, do desequilíbrio,

da irracionalidade, das dores, da infelicidade, do desespero, enfim, dos sentimentos horríveis. Seja o bem, seja o mal, percebemos as relações desses sentimentos, no universo tangível, com as experiências pessoais. Os sentimentos e os resultados desse entrelaçamento nas realizações e expressões artísticas se configuram com muitas semelhanças, mesmo entre obras situadas em contextos e épocas distintas e distantes.

Vejam os modos de cada arte, pelas suas possibilidades técnicas e materiais, podem favorecer mais ou menos a obra em sua função expressiva. Lembremos que, antecedendo a autonomia da estética, a partir da segunda metade do século XVIII, as belas-artes eram orientadas pelas teorias que tinham como objeto o belo, a arte como imitação da natureza. As diferentes práticas artísticas procuravam atender às expectativas desse ideal de beleza. Cada arte, em suas especificidades criativas, foi comparada e hierarquizada. Mas, atravessando um período de muitas discussões entre artistas, críticos e historiadores, principalmente com a teoria de Lessing, passou a ser valorizada separadamente, cada uma em seus limites e valores específicos.

Os valores, sejam técnicos ou pela capacidade do artista que idealiza a beleza, abriram um novo rumo para as belas-artes, que, desde então, foram entendidas em um todo que compreendia as diferentes artes, cada uma com suas especificidades, porém, compreendia em seu todo como objeto a criação de arte com referência à natureza – uma representação do belo. Arte, com esse sentido, passou a ser um conceito universal. A arte evolui, cada qual em seu próprio curso e buscando pela criação o novo, por meio do desenvolvimento tecnológico ou pelo domínio técnico, dependendo da criatividade. Mas, mesmo que novidades, invenções e artifícios possam sempre surgir, as teorias encontram também um novo entendimento e sistematização das realizações. As teorias das artes discutidas desde a Renascença se desenvolveram de acordo com a criação artística, e *vice-versa*, mantendo uma relação de interdependência. Claro que sempre considerando todos os aspectos, desde as primeiras manifestações do homem, em sua história e conquistas. Se, por um lado, ainda se questiona a importância da arte; por outro, se questiona como tal questão poderia ser elaborada, se bem deduzimos conhecer o homem, nossa própria espécie. Assim sendo, elaboramos uma simples pergunta: quando algum de nós deixa, mais ou menos, de expressar alguma ideia ou sentimento por meio de alguma técnica? Protegendo-nos, configurando nosso bem-estar, reproduzindo nossos sonhos, cantando, dançando, escrevendo, pintando e etc. O homem pode, em suas etnias, formações, educação, culturas e, principalmente, em suas diferenças, ter na essência, semelhanças inerentes à sua espécie para imaginar, conhecer, sentir, pensar e saber. Desde as primeiras manifestações do Mundo Antigo, seja em Altamira ou Lascaux, seja por toda a antiguidade grega, seja mesmo na Idade Média, no Renascimento, Barroco, modernidade, até os nossos dias: quantas coincidências podemos evidenciar do ato criativo?

A arte, no geral, em seus processos busca sempre o critério de avaliação de uma possível criatividade, vinculado à diversidade de formas de realização e originalidade. Quanto à realização, pela sua apresentação material, fornece os elementos concretos de análise e avaliação. Mas, quanto à originalidade, não só é necessário o domínio na avaliação da obra realizada, mas também um domínio de todos os elementos existentes e da diversidade de outras tantas realizações do momento presente ao sentido

retroativo. Mas isso apenas acontece se houver uma manifestação de interesse em pesquisar a originalidade, claro que passando pelas diferentes formas de distinção do emprego da criatividade para uma realização artística ser considerada verdadeira, e mais ou menos, original. A noção de criatividade, utilizada frequentemente, é a ideia mesma de criação, que é insuficientemente definida.

REFERÊNCIAS

- [1] ADORNO, T. W. **Ästhetische Theorie**. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.
- [2] ARISTOTELES. **Poétique**. Trad. J. Hardy. Paris: Gallimard, 1996.
- [3] AUERBACH, E. **Mimesis: dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur**. Tübingen, Basel: Francke, 1994.
- [4] BATTEUX, C. **Les beaux arts réduits à un même principe**. Paris: Durand, 1746. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50428g/f2.image>>.
- [5] BAUDRILLARD, J. **Simulacres et Simulation**. Paris: Galilée, 1981.
- [6] _____. **Illusion, désillusion esthétiques**. France: Sens & Tonka, 1997.
- [7] ECO, U.(org.). **História de Beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004
- [8] HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Ästhetik**. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- [9] JIMENEZ, M. **La querelle de l'art contemporain**. Paris, Gallimard, 2005.
- [10] _____. **L'art dans tous ses extremes**. Paris: Klincksieck, 2012
- [11] KANT, I. **Kritik der reinen Vernunft**. Stuttgart : Reclam Verlag, 2006.
- [12] _____. **Kritik der praktischen Vernunft**. Stuttgart: Reclam Verlag, 2008.
- [13] LUDWIG, R. **Die Kritik der reinen Vernunft**. Eine Lese-Einführung. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2011.
- [14] MILAN, P. Léonard de Vinci: La peinture est chose mentale, *In: Fiche sur l'art*. Disponível em: <www.lyceedadultes.fr/sitepedagogique/documents_philo_philoTermS_livret_TermS_01_fiche_art_2012>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- [15] WAGNER, C. **In Art - invenção e artifício**. São Paulo: Blucher, 2009.
- [16] _____. **Esthétique**. Saarbrücken: Paf, OmniScriptum GmbH & Co. KG, 2014.
- [17] Winckelmann, J. J. **Geschichte der Kunst des Altertums** (Dresdem, 1764) Darmstardt, 1982.
- [18] Platão. **La république**. Flammarion, 2002.

CHRISTIANE WAGNER graduada em Artes Visuais e Design pela Academy of Visual Arts – Frankfurter Akademie für Kommunikation und Design, Alemanha, e Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP), doutora em Design e Arquitetura pela Universidade de São Paulo (FAU-USP), doutora em Arts Plastiques et Esthétique pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Paris, e Pós-doutoranda PNPd-CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UNICAMP – e-mail: christiane.wagner@usp.br

Cinema, Subjetividade e Sociedade: A Sétima Arte na Produção de Saberes

Cinema, Subjectivity and Society: The Seventh Art in the Production of Knowledge

RESUMO

Este artigo apresenta o projeto de extensão *Cinema, Subjetividade e Sociedade: A Sétima Arte na Produção de Saberes*, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – campus Baixada Santista, que utiliza a produção cinematográfica para a reflexão, questionamento, produção e aprofundamento de questões ligadas à constituição das configurações subjetivas na contemporaneidade. O projeto atua em parceria com atividades de ensino e pesquisa e com dispositivos já existentes na cidade; almeja ampliar os espaços de experimentação estética e produção epistêmica articulada com questões de ordem ética, política e existencial, de modo a oferecer um espaço itinerante de interferência no cotidiano acadêmico e fora dele. Para tanto, envolve diferentes metodologias: construção participativa de estratégias de ensino, pesquisa e extensão, de natureza qualitativa; pesquisa filmográfica e bibliográfica; produção de narrativas, material escrito e audiovisual. Também utiliza técnicas variadas: reuniões, exibição de filmes, observações participantes, debates, grupos focais e entrevistas gravadas. Os primeiros resultados evidenciam preocupação com temáticas sociais, tais como educação pública, direitos humanos e movimentos sociais, em uma vertente transdisciplinar e em parcerias com iniciativas comunitárias. Algumas conclusões preliminares apontam para a possibilidade de novos modos de produção epistêmica em articulação com a linguagem visual, pouco explorados no contexto acadêmico.

Palavras-chave: Cultura. Subjetividade. Sociedade. Cinema.

ABSTRACT

This article presents the extension project *Cinema, Subjectivity and Society: The Seventh Art in the Production of Knowledge* of the Federal University of São Paulo – campus Santos, which uses film production for reflection, questioning, production and exploration of issues related to constitution of subjective configurations in contemporary times. The project works in partnership with teaching and research activities with

EDUARDO DE
CARVALHO MARTINS,
JAQUELINA MARIA
IMBRIZI E MAURÍCIO
LOURENÇO GARCIA

Universidade Federal de São
Paulo. Instituto de Saúde e
Sociedade, São Paulo, Brasil.

existing devices in the city. It aims to expand the aesthetic experimentation spaces and articulate epistemic production with questions of ethics, political and existential, in order to provide an itinerant space of interference in daily academic life and out of it. Therefore, it involves different methodologies: participatory construction of teaching strategies, research and extension, of qualitative nature; filmography and bibliographic research; production of narratives, written and audio-visual material. It also uses various techniques: meetings, screening of films, participant observations, discussions, focus groups and recorded interviews. The first results evidence concern for social issues such as public education, human rights and social movements, in a trans-disciplinary aspect and partnerships with community initiatives. Some preliminary findings point to the possibility of new epistemic production methods in conjunction with the visual language, little explored in the academic context.

Keywords: Culture. Subjectivity. Society. Cinema.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão *Cinema, Subjetividade e Sociedade: A Sétima Arte na Produção de Saberes* [19] é fruto do acúmulo de diversas experiências desenvolvidas no campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) [3, 4, 5, 14, 16, 17], bem como da percepção de demandas coletivas e culturais existentes, tanto entre alunos, técnicos e professores desta universidade quanto entre cidadãos que se situam fora do âmbito universitário na cidade de Santos.

Trata-se de um projeto que busca conciliar e entrelaçar as diversas formas de produção de saberes existentes dentro da universidade com as atividades de produção cultural que ocorrem nos dispositivos existentes na cidade. Atuando também com atividades de ensino e pesquisa, oferece um espaço itinerante de interferência no cotidiano acadêmico e fora dele, utilizando a produção cinematográfica como ferramenta para a reflexão, questionamento, produção e aprofundamento de múltiplas questões ligadas ao processo de constituição das diferentes configurações subjetivas na contemporaneidade. Nessa medida, almeja ser um espaço ao mesmo tempo de experimentação estética e produção epistêmica articulada com aspectos éticos, políticos e existenciais.

Entendemos que, ao utilizarmos formas alternativas de transmissão e produção de saberes sobre temas complexos que perpassam o âmbito acadêmico para além das formas tradicionais, aumentamos as oportunidades de interlocução, pois as atividades acessíveis e com temáticas interdisciplinares estimulam relações multiprofissionais como modo de troca, criação, pensamento e produção de saberes.

Uma vez que a ferramenta cinematográfica pode ser compreendida sob uma diversidade de objetivos e enfoques, sua utilização como recurso metodológico permite articular a valorização cultural deste tipo de arte com os objetivos epistêmicos, metodológicos e éticos do presente projeto. Permite, igualmente, dar continuidade ao desenvolvimento de métodos de ensino que favoreçam a produção de saberes nos diferentes campos de estudo: arte, psicanálise, psicologia social, cultura, formação

cultural e em saúde, narrativas de história de vida, grupos como dispositivo e produção de tecnologias para o cuidado entre pessoas, entre outros.

O cinema apresenta linguagens que permitem a circulação de saberes sob as mais variadas temáticas, em contextos transdisciplinares e multiculturais. Neste sentido, constitui-se uma valiosa ferramenta para exploração de potenciais relacionais da academia com a sociedade. Estamos, portanto, compreendendo a arte de modo geral, e o cinema em particular, como manifestações culturais e como fatos de cultura com fortes potenciais na produção de efeitos nos sujeitos, de modo a problematizar e aprofundar questões relativas aos mais diversos campos de saber.

O cinema pode ser utilizado como meio para estreitar e fortalecer os laços existentes com outros dispositivos sociais que a cidade oferece – sendo a universidade um deles –, bem como potencializar a criação de novas relações, favorecendo a integração e a permeabilidade desejável entre academia e sociedade. Sendo assim, o projeto procura promover uma implicação subjetiva dos diferentes atores envolvidos no processo da transmissão de saber. Desta maneira, visamos contribuir para a superação das fragmentações no processo de produção e transmissão de conhecimento, tornando-o mais integrado à dinâmica das relações sociais.

Pretendemos propiciar o aumento das relações de troca simbólica, social e cultural entre a comunidade universitária e a sociedade ao propor a realização de atividades itinerantes, dentro e fora dos campi universitários, e ao realizar atividades no campus com a presença de atores não pertencentes à comunidade acadêmica. Nossa proposta procura estreitar interações com módulos de estágio [14, 17] e atividades que ocorrem fora do espaço universitário, principalmente naqueles espaços em que se enfatiza a produção de tecnologias afirmativas, criativas e participativas no cuidado entre sujeitos, trabalhando junto à população da região da Baixada Santista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As relações entre produções artísticas e conhecimento acadêmico constituem objeto de constante debate contemporâneo. Diversos autores, preocupados tanto com a produção de conhecimento quanto com o desenvolvimento cultural e artístico, têm apontado a necessidade de maior diálogo entre estas diferentes formas de produção simbólica. Muitos estabelecem estreitos paralelos entre períodos epistêmicos e desenvolvimentos artísticos. Foucault [10], por exemplo, utiliza uma obra de arte – o quadro de Velásquez, *As Meninas* – exatamente para indicar a virada epistemológica e os novos desafios proporcionados pelo advento das ciências humanas no mundo moderno. Ou seja, ele indica como as produções artísticas participam das condições históricas de produção de conhecimento. Em outro momento, o autor vai mais além, questionando o papel que a arte desempenha na própria teia de constituição da subjetividade e da vida social: “O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado apenas em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou à vida. (...) Porém a vida de cada pessoa não poderia se tornar uma obra de arte?” [11]

Os apontamentos foucaultianos indicam direções epistêmicas relevantes. Eles procuram superar projetos de investigação da modernidade que concebiam um mundo estático enfocando uma suposta transparência do sensível e apontam na direção da investigação de um mundo em que predominam as relações entre representações. Foucault [12, 13] circunscreve a virada epistêmica da modernidade na ultrapassagem da dicotomia entre essência e aparência, ao introduzir a ordem genealógica e interpretativa como método de construção de novos modelos explanatórios e interpretativos. Neste sentido, segue os passos de Nietzsche [21], filósofo que defendia “não buscar o sentido nas coisas, mas os impor”, apontando para a fragilidade de qualquer projeto realista apriorístico e dogmático. As representações psíquicas e sociais adquirem relevância fundamental neste contexto, sendo lidas dentro de uma dupla chave interdependente de leitura: a genealógica e, portanto, histórica; e a representacional, mais especificamente por sua transcrição linguística e imagética.

Neste contexto, o cinema adquire papel relevante na investigação dos mais variados tipos de fenômenos. Ao lidar com concepções de realidade que permitem superar realismos ingênuos, o cinema abre espaço para a investigação de formações imaginárias responsáveis pela constituição de processos inscritos na cultura. O cinema se torna ao mesmo tempo leitor e tradutor de diferentes realidades, bem como construtor de novas realidades, superando a distinção rígida entre o processo de investigação e o processo de criação e problematização dos fenômenos culturais.

O filósofo e psicanalista Slavoj Žižek é atualmente um dos maiores defensores do uso do cinema como ferramenta privilegiada de investigação e campo de análise dos mais variados processos inscritos na cultura, como também produz críticas aos modos de produzi-la e às respectivas manifestações ideológicas: “Você pode detectar o que se passa no nível mais profundo, o mais radical de nossas identidades simbólicas e como nós nos experimentamos a nós mesmos. Cinema ainda é a maneira mais fácil, assim como eram os sonhos para Freud, de encontrar o caminho real para o inconsciente.” [24]

Žižek estabelece, portanto, uma relação de imanência entre a produção cinematográfica e a produção social. Assim, a ligação imanente das artes com a vida social dota as práticas artísticas de potenciais não somente estéticos, mas também epistêmicos, éticos, culturais e políticos. O cinema, como importante meio de comunicação de massa, participa dessa trama de modo relevante, ao contribuir tanto para a reprodução quanto para o questionamento de realidades sociais estabelecidas. Ao propor múltiplos modos de imaginário social, o cinema interfere diretamente nas teias de representações que constituem determinado imaginário.

Seguindo o raciocínio de Durand [8], podemos tratar a arte cinematográfica como o exercício da produção de sentidos por meio de processos do uso de imagens. Tais imagens possuem funções de instaurar realidades e participam diretamente destas formações imaginárias responsáveis pela constituição de matizes identitárias individuais e coletivas. O cinema possui, portanto, a função de produção, reprodução e projeção de mitos, símbolos e realidades por meio do manejo de representações imagéticas. Não por acaso, autores como Adriano [1] atentam para o “potencial revolucionário do cinema como criador de formas e sensações, como instância

privilegiada de conhecimento e percepção do mundo”. Codato [6] aponta que:

(...) o cinema seja pensado não apenas como uma máquina de registrar imagens do cotidiano, mas como elemento ordenador de um discurso que, muito mais do que mostrar imagens em movimento, serve também para organizá-las, inaugurando uma forma de discurso próprio, servindo também aos interesses do pensamento científico. [6]

Para a psicanalista Tania Rivera [22], o cinema é uma manifestação cultural privilegiada que potencializa as reflexões sobre o sujeito. Ela disserta sobre duas vertentes da sétima arte: a primeira funcionaria como imagem-muro na qual a realidade é mostrada como se fosse algo homogêneo e ilusoriamente organizada, produzindo no sujeito o esquecimento da sentença de Freud de que o eu não é mais o senhor em sua própria casa; a segunda vertente seria a da imagem-furo na qual há: “(...) o agenciamento de imagens que nos põe em questão, problematiza a realidade e pode nos colocar na vertigem, por vezes poética, de um mundo heterogêneo do qual não somos senhores. Brechas entre imagens, espaço irreconhecível, caos pulsante que é a própria vida.” [22]

As diversas relações entre o dizível e o visível, a montagem das cenas e a memória, o ritmo da filmagem e as produções do inconsciente, são problematizadas pela autora, que não se interessa pela interpretação dos filmes, mas faz a sugestão de que é necessário seguir o apelo que as imagens exercem sobre o espectador e que colocam o sujeito radicalmente em questão. Nas palavras da autora:

(...) Freud notava que o artista (nós diríamos, a obra) detém mais saber sobre o inconsciente do que o psicanalista. Logo, não se trata de aplicar a psicanálise às obras para apontar nelas alguma verdade que apenas esta disciplina poderia revelar. Ao contrário, trata-se de buscar o conhecimento sobre o homem nessas obras e, mais especificamente, com elas aprender sobre o sujeito e sua relação com a imagem. [22]

Sendo assim, seria desejável explorar com maior profundidade os possíveis frutos das ligações entre experiências filmicas e saberes específicos. A psicanalista Renata Udler Cromberg [7], por exemplo, enfatiza as estreitas relações do conhecimento psicanalítico com a arte cinematográfica, ambas “invenções quase simultâneas”. Ela nos aponta a importância do caráter imagético das produções oníricas, dotadas de enorme valor epistêmico no terreno psicanalítico. Segundo a autora, poderíamos identificar ao menos três importantes movimentos de aproximação entre cinema e psicanálise. O primeiro se caracteriza pela ocasião ofertada pelo cinema para a reflexão psicanalítica, ao modo de uma narrativa clínica realizada sobre os personagens e enredos. Um segundo movimento relegaria aos personagens e tramas um papel secundário, centralizando a análise sobre temas e questões mais amplas relativas ao campo teórico psicanalítico. O terceiro movimento, por sua vez, fornece a oportunidade de metainvestigação dos processos formais de construção cinematográfica e sua relação com as narrativas propostas – processo de criação de imagens e de relação entre diferentes tipos de representações, narrativas, construções semânticas e imagéticas.

Codato [6] aponta para confluências existentes entre o método sociológico e alguns procedimentos desenvolvidos pela sétima arte, indicando que o cinema serve como valiosa ferramenta para as Ciências Sociais, notadamente a Antropologia, por meio de registros que funcionam como verdadeiros objetos etnológicos. Certamente poderíamos acrescentar outros movimentos e formas de aproveitamento dos recursos de produção de imagens e construções narrativas propiciadas pelo cinema. Neste sentido, o cinema emerge como profícuo campo de estudos e importante ferramenta, tanto em sua natureza epistêmica quanto ética, para investigações de questões fundamentais sobre as quais se debruçam as mais variadas formas de produção de saberes.

Figueiredo [9], por sua vez, insere a produção conceitual em torno da existência subjetiva como intrinsecamente ligada aos jogos do conhecimento moderno. A multiplicidade de concepções de sujeito que vimos emergir na contemporaneidade, aliada à quantidade cada vez maior de práticas que visam intervir sobre processos de subjetivação, traz consigo a difícil tarefa de se pensar sobre todo este cenário. O cinema, com sua variedade de olhares fenomenológicos e existenciais, potencializa o processo de construção de saberes e questionamento de olhares estabelecidos, favorecendo a pluralidade de enfoques e o diálogo entre eles, essencial à produção de conhecimento e abertura de formas de atuação sobre o mundo. A constituição de espaços para se pensar tais questões se mostra pertinente não somente para compreensão dos diferentes modos de constituição e expressão da subjetividade, mas também para a criação de práticas que são ao mesmo tempo produtos e produtores de diferentes configurações subjetivas. Trata-se, portanto, da construção de espaços voltados à investigação dos processos de constituição e expressão das subjetividades, também com interesse em refletir e atuar sobre seus próprios processos de constituição. A forma proposta, com utilização de recursos estéticos como ferramenta epistêmica, se relaciona intimamente com os conteúdos abordados e com as propostas de atuação ao mesmo tempo ética, estética, epistêmica e política.

O cinema favorece tanto o aprofundamento quanto a proposição de novas formas de questionamento que perpassam as diversas áreas do conhecimento relativas à cultura, permitindo pensar temas como, por exemplo, a compreensão dos múltiplos aspectos relacionados com a constituição da subjetividade no contemporâneo. Sobre essa questão específica, Aita e Facci [2] afirmam: “pode-se observar que existem várias compreensões acerca do conceito de subjetividade, mesmo entre aqueles autores que abordam o tema sob uma mesma perspectiva teórica”. Tal abordagem torna convergente a tarefa de investigação em torno dos múltiplos modos de compreensão da subjetividade e o tratamento variado dos fenômenos oferecido pela produção cinematográfica. Delineiam-se, assim, os nossos temas de interesse: a utilização do recurso cinematográfico como importante contribuição para a produção de saberes em suas articulações com a formação cultural e a inserção social; questionamentos relativos à cultura contemporânea e à produção de subjetividades; abertura de canais estéticos de produção de subjetividade; a relação do sujeito com a imagem cinematográfica; ampliação da perspectiva da arte em suas relações com os movimentos sociais e com a proposta política que pensa arte como fato de cultura. Por fim, trata-se de exercitar uma prática que valoriza a experiência estética do

sujeito, indissociável de questões de ordem ética, epistêmica, política e existencial.

A proposta teórica deste projeto de extensão procura, portanto, estreitar as relações entre as temáticas e narrativas contidas na sétima arte e as possibilidades de produção e circulação de saberes específicos que estas suscitam. Os objetivos se coadunam com interesses que podem ser atribuídos tanto ao campo estético presente na cinematografia quanto ao campo epistêmico de investigação dos fenômenos da cultura, com seus possíveis desdobramentos éticos, estéticos, epistêmicos e políticos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente proposta é de natureza qualitativa, envolvendo diferentes abordagens metodológicas como: metodologia participativa, pesquisa filmográfica e bibliográfica, estudos exploratórios, produção de narrativas, material escrito e audiovisual. As diferentes abordagens são desenvolvidas através de técnicas e instrumentos de coleta de dados variados: reuniões, encontros, exibição de filmes, observações participantes, grupos focais e entrevistas gravadas.

Como o projeto parte de uma metodologia de construção participativa de estratégias de ensino, pesquisa e extensão, algumas diretrizes gerais são definidas na etapa inicial, enquanto estratégias mais específicas são desenvolvidas em conjunto com os proponentes, colaboradores e participantes. As diretrizes gerais consistem em produção de atividades com as seguintes características:

- a) apresentações de filmes com o intuito de suscitar afetos e reflexões acerca de temáticas pré-definidas;
- b) criação de espaços de circulação de saberes com base nos filmes apresentados;
- c) criação de diferentes produções a partir dos espaços criados – material de pesquisa, audiovisual, textos, debates, entre outros –, com aprofundamento, questionamento ou produção de saberes específicos.

As estratégias de ação gerais foram divididas esquematicamente em três etapas*, explanadas a seguir.

A primeira etapa dos procedimentos tem caráter exploratório. O propósito principal é o levantamento das parcerias – efetivas e potenciais –, colaboradores e possíveis participantes, a fim de constituir os grupos de trabalho que serão responsáveis pelas atividades específicas do projeto. Para isso, é necessário: estabelecer contatos, colher informações, levantar dados e realizar reuniões. Conforme descrito anteriormente, este projeto foi pensado a partir da detecção de parcerias com múltiplas demandas relacionadas a projetos de estágio, módulos de ensino, projetos de pesquisa

* Foram considerados momentos distintos apenas para efeito didático, pois na realidade eles não se constituem como espaços estanques e desarticulados, mas como um processo em que os momentos se entrecruzam e se complementam.

de graduação e pós-graduação, grupos de estudo, dispositivos de extensão e demandas espontâneas de grupos de alunos. Sendo assim, a intenção desta primeira etapa é efetivar tais parcerias, bem como abrir possibilidades de novas.

Na segunda etapa são definidas as diretrizes e cronogramas específicos do projeto. Esta etapa serve para o aprimoramento de ideias, intuições e processos criativos. Com base nos atores envolvidos e nas potencialidades detectadas, são definidas, junto com cada parceria, as estratégias de ação adotadas em cada evento, como, por exemplo:

- a) definição de público participante, locais e datas dos eventos;
- b) estabelecimento dos métodos de divulgação dos eventos;
- c) formas de escolha dos temas e sua relação com os objetivos gerais do projeto;
- d) formas de participação – debates, produção de material escrito, produção audiovisual, exposições, produção coletiva de outras formas de material, e outras atividades;
- e) estratégias de produção e sistematização de saber.

Na terceira etapa os eventos realizados encontram seu espaço mais propício de análise ao serem organizados e avaliados com os diferentes atores e parcerias, tendo em vista distintos modelos interpretativos. Sendo assim, são definidos e aplicados os métodos de avaliação dos resultados de cada evento e os caminhos para a produção e divulgação dos resultados de cada etapa e do projeto como um todo. Como o projeto se pauta por uma metodologia participativa, o processo de avaliação é realizado com todos os envolvidos de modo sistemático em cada uma das fases de desenvolvimento das atividades, a fim de garantir maior participação dos atores, dinamicidade e o pleno exercício dos potenciais criativos, como, por exemplo, a possibilidade de ampliação dos escopos de atuação.

Dessa forma, procuramos estabelecer uma relação com as diversas demandas dos dispositivos utilizados e das possibilidades que a universidade oferece, sem perder de vista que esse tipo de atividade pode possibilitar uma sólida formação profissional aos discentes e retorno social às comunidades envolvidas, tendo como eixo norteador a relação teoria-prática e a articulação ensino, pesquisa e extensão.

RESULTADOS

O projeto teve início em março de 2015 e atualmente conta com dez alunos extensionistas advindos dos diferentes cursos de graduação do campus Baixada Santista (Nutrição, Psicologia e Serviço Social) que participam de reuniões quinzenais para planejamento das atividades e formas de intervenção (divulgação, programação e forma de realização dos eventos, parcerias com outros projetos e instituições). Em pouco mais de três meses, os filmes exibidos procuraram articular temáticas contemporâneas socialmente relevantes e estabelecer parcerias com outros projetos e instituições. As primeiras temáticas selecionadas foram educação, direitos humanos, maioridade penal e movimentos sociais. O grupo optou por trabalhar temáticas que encontram

ressonância no contexto sociopolítico atual e que têm sido objeto de grande debate na sociedade brasileira.

O tema *educação* contou com a exibição de três documentários: um voltado aos estudantes, com duas parcerias, um projeto de extensão que trabalha com educação popular, representado por uma docente do campus, com participação de um membro da Secretaria de Cultura do município de Santos; o outro evento foi realizado em parceria com a *Universidade Aberta à Terceira Idade* (UATI) e Reitoria da UNIFESP, contando com a presença de mais de 100 estudantes da terceira idade, docentes e técnicos, e integrou as atividades do Fórum em Defesa da Educação Superior Pública, realizado em diversos campi da UNIFESP; por fim, o terceiro evento exibiu o filme *Território do Brincar* [24] e contou com a parceria de docentes do curso de Psicologia e com a organização não governamental Camará – Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência de São Vicente. O público presente foi aproximadamente de 90 pessoas, entre as quais, docentes, técnicos e alunos da universidade, bem como as crianças e adolescentes atendidos pela referida ONG.

Para as temáticas *maioridade penal e direitos humanos* foram programados dois eventos: o primeiro teve a presença de estudantes e uma roda de conversa tendo por base os conflitos apresentados no premiado filme *Mommy* [20]; o segundo exibiu o filme *Sem Pena* [23], em apoio ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas de Segurança, Justiça Criminal e Direitos Humanos (GEPEX) e contou com mais de 100 participantes, bem como uma mesa de debates composta por representantes de entidades da sociedade civil e membros da Defensoria Pública de São Paulo e de Mauá.

Foi realizada também a *I Mostra Universitária de Curtas-Metragens* do campus Baixada Santista, com a presença de mais de 50 participantes, em parceria com o projeto de extensão *Reciclart* da UNIFESP – Baixada Santista. Tal parceria já planeja um evento similar no segundo semestre, com uma mostra de curtas-metragens voltados ao tema *Economia solidária e humanização das relações de trabalho*.

Também foram pensados dois eventos que versam, direta e indiretamente, sobre movimentos sociais. O primeiro, realizado em parceria com a Assembleia Comunitária de docentes, técnicos e discentes do campus Baixada Santista, contou com a exibição do longa-metragem *Illegal* [15], seguido de debate com representantes de movimentos sociais e comunidade acadêmica, e compôs as atividades de mobilização permanente em prol da educação pública. Tal evento contou com a participação de mais de 90 pessoas, revelando a importância da criação de canais alternativos de formação e relação com a sociedade. O segundo evento, intitulado *CINEmobilização*, segue a mesma estratégia e pretende estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil que versarão sobre a temática *organização social e movimentos sociais*. Tais atividades também farão parte do calendário de mobilização permanente em prol da educação pública.

A produção acadêmica também já teve início com a elaboração de material audiovisual a partir das intervenções do grupo (debates, manifestações e eventos), como também, já foi apresentado material no Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social [18] e no Congresso Acadêmico de Graduação [19]. Todas as

referidas atividades contaram com a produção de material audiovisual como forma de divulgação e produção antes, durante e após os eventos. As exibições dos filmes são divulgadas tanto em meio digital através das redes sociais e projeções audiovisuais, como por meio impresso, com cartazes produzidos pelos próprios extensionistas. Além do público interno da universidade (técnicos, professores e estudantes), outros atores sociais são convidados para os eventos, bem como para a composição dos debates ao final da apresentação.

DISCUSSÃO

O projeto tem se aproximado de seus objetivos ao articular as práticas das atividades de ensino com as de pesquisa e extensão. Desta maneira, propicia uma aproximação entre comunidade e universidade, por meio da valorização do encontro entre a comunidade acadêmica e a sociedade da qual faz parte. Há incentivo de diálogo entre saberes populares ou tradicionais e saberes acadêmicos, bem como dos mecanismos tradicionais de transmissão de saber; por meio das atividades, temos conseguido superar a segmentação disciplinar, acadêmica e profissional. A relação entre produção artística e produção de conhecimento é posta em pauta, bem como o questionamento sobre processos envolvidos na constituição de subjetividades. Para os próximos meses, esperamos dar continuidade às atividades e parcerias já desenvolvidas, além de ampliar o escopo de atuação do projeto.

Por se tratar de uma metodologia participativa, já estão sendo realizados acompanhamento e avaliação de forma conjunta, permanente e continuada quinzenal com os envolvidos em cada atividade. Além destas avaliações permanentes, foram realizadas avaliações gerais no final do mês de julho e do mês de novembro de 2015, sendo considerados na avaliação os objetivos propostos e a natureza do projeto, tomando como fundamento a participação e o compromisso ético-político com os sujeitos participantes. Estão sendo desenvolvidos instrumentos de avaliação dos resultados dos eventos e formas de apresentação dos resultados, com possíveis desdobramentos em termos de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Todos os eventos previstos de exibição de filmes também contaram com formas de avaliação das atividades e métodos de produção de saberes.

Outro relevante aspecto que emergiu dos resultados até então produzidos diz respeito à inserção de novos modos de produção epistêmica até o momento pouco explorados no cotidiano do campus universitário. A receptividade dos eventos pela comunidade acadêmica e atores sociais tem sido relevante, bem como a percepção de demandas por novas formas de inserção epistêmica pela via das ações culturais e artísticas. O grupo já tem recebido propostas de novas inserções e solicitações de formas alternativas de adesão ao projeto por parte de alunos do campus, e já planeja novas formas de intervenção, tais como: criação de um grupo de estudos aberto para discussão teórica em torno de temáticas pré-definidas; a produção de uma web-série pelo núcleo de extensionistas; o estabelecimento de novos canais de comunicação com a comunidade universitária, como a criação de um programa de rádio; a

ampliação da rede de contatos com dispositivos instalados na Baixada Santista, como cineclubes, museus, outras universidades e faculdades, rede de atenção à saúde, rede de apoio psicossocial, entre outros.

REFERÊNCIAS

- [1] ADRIANO, C. Um guia para as vanguardas cinematográficas. **Revista Trópico**, 2013. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/print/1611.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- [2] AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. Subjetividade: uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- [3] AYRES, B. **Oficinas de criação e música com trabalhadores em situação de afastamento do trabalho**. 2012. Projeto de Iniciação Científica – curso de Psicologia, Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos, 2012.
- [4] BOCCHI, B. **Cinema e sofrimento no trabalho**: análise da perspectiva dos trabalhadores que procuram o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – curso de Psicologia, Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos, 2012.
- [5] CASETTO, S. *et al.* **Laboratório de sensibilidades, inteligência coletiva, Clube dos saberes**. In: II COLÓQUIO DE PSICOLOGIA DA ARTE, 2007, São Paulo: São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versaoportugues/2c78a.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- [6] CODATO, H. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis. **Verso e Reverso**, v. 29, n. 55, p. 47-56, 2010.
- [7] CROMBERG, R. U. Prefácio In: TELLES, S. **O psicanalista vai ao cinema**: artigos e ensaios sobre psicanálise e cinema. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
- [8] DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- [9] FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação (1500-1900). Linhas de fuga. São Paulo: Escuta, 1994.
- [10] FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- [11] _____. **O dossier**: últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
- [12] _____. **Dits et écrits I** – 1954-1988. Paris: Éditions Gallimard, 1994.
- [13] _____. **Nietzsche, Freud e Marx**. Tradução: Jorge Lima Barreto; Maria Cristina Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2005.
- [14] GARCIA, M. L. **Cuidado em saúde**: abordagem clínico-institucional junto à população em situação de vulnerabilidade social. Projeto de estágio do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos, 2015.
- [15] ILEGAL. Direção: Tarso Araujo; Raphael Erichsen. Produção: Clarice Laus.

- São Paulo: Superinteressante & 3filmgroup.tv, 2014. MP4.
- [16] IMBRIZI, J. **Narrativas de si: o enlace arte, experiências e conhecimentos na produção escrita e nos processos de subjetivação**. 2014. Projeto de pesquisa da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos, 2014.
- [17] _____. **A arte como fato da cultura: a produção de tecnologias afirmativas, criativas e participativas no cuidado entre sujeitos**. 2015. Projeto de estágio do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos, 2015.
- [18] IMBRIZI, J.; MARTINS, E. **Narrativas de si: contribuição do cinema para a transformação social**. In: XII ENCONTRO REGIONAL ABRAPSO SÃO PAULO. Práxis em Psicologia Social: desafios e perspectivas, 2015. Santos, 2015.
- [19] MARTINS, E.; IMBRIZI, J.; GARCIA, M. L. **Cinema, subjetividade e sociedade: a sétima arte na produção de saberes**. In: I CONGRESSO ACADÊMICO – UNIFESP, 2015. São Paulo: UNIFESP, 2015.
- [20] MOMMY. Produção de Xavier Dolan. Canadá: Europa Filmes, 2014. DVD.
- [21] NIETZSCHE, F. **Crepúsculo de los ídolos**. Madri: Alianza Editorial, 1973.
- [22] RIVERA, T. **Cinema, imagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- [23] SEM PENA. Direção: Eugenio Puppo. Produção: Matheus Sundfeld. São Paulo: Heco Produções, 2014. DVD.
- [24] TERRITÓRIO DO BRINCAR. Direção: David Reeks; Renata Meirelles. Produção: Estela Renner; Luana Lobo; Marcos Nisti. São Paulo: Maria Farinha Filmes e Ludus Videos, 2015. MP4.
- [25] ZIZEK, S. Reflections of media and politic and cinema. **InterCommunication**, n. 14, 1995. Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/reflections-of-media-and-politic-and-cinema/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

EDUARDO DE CARVALHO MARTINS doutor em Epistemologia da Psicanálise pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente da UFSCar e psicólogo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista – e-mail: martins21@unifesp.br

JAQUELINA MARIA IMBRIZI doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista

MAURÍCIO LOURENÇÃO GARCIA doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista

Desvelando o Atenocentrismo

Unveiling Athenocentrism

RESUMO

Este artigo discute um tema central na escrita e no ensino da história antiga: o ateno-centrismo, tanto antigo quanto contemporâneo. Essa discussão foi a base do curso de extensão intitulado *História e Arqueologia de Atenas: dos princípios ao Império Romano*, oferecido pelos autores do presente artigo em duas edições ao longo de 2013, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Palavras-chave: Atenas. Atenocentrismo. Extensão Universitária.

ABSTRACT

This paper discusses a central issue on the writing and teaching of ancient history: the athenocentrism, both ancient and modern. This discussion was the basis of the university extension course offered by the authors, entitled *Athens' History and Archaeology: from the beginnings to the Roman Empire*, in two edition through 2013, at the Faculty of Philosophy, Language and Human Sciences of the University of Sao Paulo.

Keywords: Athens. Athenocentrism. University Extension Course.

“Falava sobre história do Brasil, explicava que São Luís foi fundada por franceses, colonizada por portugueses e invadida por holandeses, já foi considerada a Atenas Brasileira e hoje é a Jamaica Brasileira” [1].

ATENAS É AQUI?

Por que falar da cidade de Atenas na Antiguidade em um curso de extensão universitária? E, mais que isso, Atenas é um tema relevante para a nossa época? Um

**GILBERTO DA SILVA
FRANCISCO**

Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brasil

**FABIO AUGUSTO
MORALES**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo, Brasil

dos objetivos principais do curso *História e Arqueologia de Atenas** foi discutir o lugar histórico e historiográfico da cidade de Atenas, o que está em grande medida relacionado com a influência que essa cidade, a partir de um momento específico de sua história, foi ganhando no campo da memória social de diversas sociedades. Compreender as lógicas das seleções realizadas a partir do legado da história e da cultura ateniense é fundamental para a discussão da influência da “miragem ateniense” na experiência contemporânea.

Recentemente, imagens do centro da cidade de Atenas fizeram parte com frequência do noticiário internacional: as manifestações na praça Syntagma, localizada diante do Parlamento grego, enriqueceram, por assim dizer, o repertório ateniense no imaginário mundial. No entanto, ainda que as manifestações tenham gerado impacto na condução estatal da crise econômica grega, elas não foram suficientemente intensas para a equiparação, neste imaginário, das filmagens da praça Syntagma às célebres fotografias da quina noroeste do Pártenon, na entrada da Acrópole; o mesmo é evidente na comparação dos primeiros-ministros e economistas gregos com figuras como Péricles, Sócrates e Platão. A crise econômica não foi páreo para tantos séculos de construção identitária que tinha como referência a Atenas clássica.

Exemplos deste investimento identitário não faltam, e alguns serão tratados mais detidamente a seguir; para se medir sua importância, basta, aqui, a consideração das tentativas de equivalência ou transposição da experiência social ateniense clássica a outras experiências históricas, corporificadas nos epítetos de “Nova Atenas” de cidades ou mesmo países. Já na Antiguidade, alguns importantes centros político-culturais como Pérgamo e Alexandria eram caracterizados como “Nova Atenas” [12, 5, 21]. No período carolíngio, o monge Alcuíno projetou a construção de uma “nova Atenas”, cristã, no reino franco [9]. Posteriormente, cidades como Florença também foram caracterizadas como “Nova Atenas”, dada a consistência do cenário artístico-cultural na Renascença [28]; Genebra, assim caracterizada por Voltaire [30]; Paris [29]; Nova Iorque [26] e mesmo os Estados Unidos da América como um todo, conforme Thomas Jefferson [34]. Além disso, universidades poderiam também ser caracterizadas como Atenas, como a Universidade de Coimbra, e a Universidade Atlântida em São Luís do Maranhão, rebatizada de “Universidade Nova Atenas” [32, 14, 27]; também é o caso de publicações culturais como, por exemplo, a enciclopédia polonesa *Nowe Ateny*, “Nova Atenas”, do século XVIII [4], ou uma revista maranhense do início do século XX [33].

Esses exemplos esparsos indicam um interesse consistente sobre a cidade de Atenas, sobretudo na sua experiência antiga, o que operou como elemento de memória no campo da herança cultural (o debate atual sobre as origens da democracia mostra

* O curso de extensão universitária *História e Arqueologia de Atenas: dos princípios ao Império Romano* foi ministrado no primeiro e segundo semestres de 2013, como atividade do Setor de Cultura e Extensão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O curso foi coordenado pelo Prof. Dr. Norberto L. Guarinello (Departamento de História da FFLCH-USP) e ministrado pelo então pós-doutorando, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Gilberto da Silva Francisco e pelo então doutorando, pelo Departamento de História da FFLCH-USP, Fábio Augusto Morales.

isso) e de autorrepresentações. Entretanto, as identidades mudam, e a força da referência que Atenas apresenta pode ser mais ou menos forte. No caso de São Luís do Maranhão, por exemplo, a cidade chamada de “Atenas brasileira” [15, 22], e caracterizada por uma composição étnica bastante variada, já foi centrada na referência ateniense e, como visto, houve ali uma universidade “Nova Atenas” e uma revista literária com o mesmo nome. Nesse cenário, conta o escritor maranhense Oswaldino Marques que a avó sempre advertia: “É preciso estudar. Aqui é a Atenas brasileira!” [8]. Atualmente, agrega também o posto de “nossa Jamaica”**.

A atualidade e a recorrência das representações da Atenas de Péricles e Sócrates, no entanto, estão muitas vezes ligadas a uma compreensão idealizada da experiência histórica de Atenas no período clássico, fruto de uma série de seleções e adaptações efetuadas desde a Antiguidade. Estruturante nestas seleções está o chamado “atenocentrismo”. Acusação recorrente nos estudos de história da Grécia, sobretudo a partir da década de 1990, o termo “atenocêntrico” carrega muitos sentidos e permite muitos usos, o que torna necessária uma distinção mais cuidadosa. A hegemonia de fontes atenienses na tradição clássica literária, por exemplo, se diferencia da consideração de que Atenas fosse hegemônica na cultura grega, como o acreditavam diversos autores de textos daquela tradição, atenienses ou não; paralelamente, a atração exercida pelos estudos atenienses sobre os estudiosos da Antiguidade se diferencia da construção historiográfica que toma Atenas como síntese da história da Grécia. Interessa-nos, aqui, este segundo sentido, que tende, justamente, a colocar Atenas no centro das interpretações sobre fenômenos históricos mais amplos, como a “civilização grega” ou a “cultura clássica”.

O uso icônico e metonímico da história ateniense – Atenas é a pólis grega “por excelência”, e sua história sintetiza a história da Grécia como um todo – se vincula a uma série de concepções sociais e históricas que fundamentam, ainda hoje, a chamada “História Antiga” em geral, e a “História da Grécia” em particular. Entre tais concepções, duas são particularmente importantes para o nosso objeto. A primeira é a ideia de que a história antiga é uma história de cidades, por oposição aos reinos teocráticos orientais; a segunda, de que a história das cidades gregas pode ser compreendida em termos biológicos. Assim, a história da Grécia foi resumida à história das fases da vida de suas *poleis*, ou de uma pólis em particular, Atenas: o período arcaico marca o nascimento e infância da cidade, com as crises habituais da idade; o período clássico equivale à maturidade da cidade, em pleno desenvolvimento militar e cultural; o período helenístico marca a velhice da cidade, obscurecida pelos grandes reinos dos sucessores de Alexandre; e o período imperial significaria a morte da cidade, transformada em simples polo provincial romano [37].

A riqueza relativa da documentação escrita ateniense, por um lado, e o modo como ela parecia se adequar ao modelo biológico, por outro, fundamentaram o atenocentrismo, que ainda necessitaria da ação consciente e politicamente orientada de estudiosos do século XIX e XX, em função tanto da “questão democrática” quanto das autorrepresentações nacionais e imperiais, como se verá a seguir. Antes, é preciso

** Ver epígrafe.

destacar que o atenocentrismo não é um fenômeno absolutamente recente; a consideração de que Atenas representava a cultura grega tem suas origens na própria Antiguidade, e particularmente no período helenístico.

O ATENOCENTRISMO NA ANTIGUIDADE

Três ideias principais estruturaram o atenocentrismo na Antiguidade: a de berço, de muralha e de escola da civilização. Vejamos com mais detalhes.

A ideia de Atenas como “berço da civilização” tem suas raízes na produção literária clássica (por exemplo, em Isócrates), mas é no final do período helenístico que ela ganha uma dimensão pan-helênica. O núcleo do argumento é o mito eleusino, segundo o qual a deusa Deméter, em busca de sua filha raptada, passa por Elêusis – incorporada por Atenas no período arcaico, mas independente no mito –, onde decide reaver a técnica da agricultura e os mistérios da vida e da morte [6]. Os mistérios eleusinos são mencionados em um decreto da Anfíctonia de Delfos, datado de 117/6 a.C., em honra à companhia ateniense dos artistas dionisiacos: no texto do decreto, o povo ateniense é descrito como responsável pela conversão dos homens da vida animal para a vida civilizada, instituindo a associação dos homens por meio dos mistérios (IG II 1134, linhas 16-20^{***}). O decreto, disposto tanto na Acrópole ateniense quanto na *Stoa* dos atenienses em Delfos, garantia uma visibilidade internacional para a alegação da cidade como o berço da civilização. Uníssono ao decreto, Cícero, em *Das Leis*, louva os atenienses por levar a humanidade da selvageria à civilização por meio dos mistérios, além de ensinar as origens da vida e permitir a esperança na morte (*Das Leis*, livro 2, seção 36^{****}).

O prestígio dos mistérios eleusinos permaneceu intenso no principado, como se evidencia pela recorrência de iniciações pelos imperadores romanos, começando com Augusto e chegando, talvez, ao apogeu quando Cláudio sugeriu que os mistérios fossem transferidos de Elêusis para Roma (Suetônio, *Cláudio*, capítulo 25, seção 5^{*****}), em meados do século I d.C., e é possível especular que este seja o núcleo da reprodução do discurso de Atenas como berço da civilização, como se verá, a seguir, em Élio Aristides, em meados do século II d.C.

A ideia de Atenas como a muralha da civilização se baseia na comemoração, nos mais diversos suportes (literatura, escultura, arquitetura, epigrafia), das vitórias atenienses sobre os persas em 490 a.C. (batalha de Maratona) e 480 a.C. (batalha de Salamina); tal comemoração tem um marco fundamental no programa construtivo associado a Péricles, no século V a.C., que converteu o rochedo, para além de santuário de Atena Polias, em um verdadeiro memorial antipersa [35].

*** Cf. IG. *Inscriptiones Graecae II et III*: inscriptiones Atticae Euclidis anno posteriores. 2. ed., part I.1-2. Berlin: Johannes Kirchner, 1913-1916.

**** Cf. CICERO. *De re publica; De legibus; Cato maior de senectute; Laelius de amicitia*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

***** Cf. SUETONIUS. *De vita Caesarum*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.

Já no início do período helenístico, Alexandre dedica trezentos escudos persas no Pártenon (Plutarco, *Alexandre*, capítulo 16, seção 8*****), inserindo sua própria vitória, um século e meio depois, em uma guerra ampliada dos gregos contra os persas que começa na destruição de Mileto em 494 a.C. e termina na vitória macedônica na batalha do Grânico, em 334 a.C.. No início do século II a.C., a comemoração da tradição antipersa ateniense na Acrópole ganha uma nova dimensão com a famosa “dedicação atálida”. Trata-se de um conjunto de quatro grupos escultóricos figurando, respectivamente: a Gigantomaquia, vitória dos deuses olímpicos contra os gigantes; a Amazonomaquia, vitória de Teseu e os atenienses contra a invasão de Atenas pelas amazonas; a Maratonomaquia, vitória do exército ateniense sobre os persas na planície de Maratona em 490 a.C.; e a Galatomaquia, ou vitória do exército pergameno liderado por Átalo I sobre os gauleses na Ásia Menor em 237 a.C. [23].

Ainda que existam incertezas quanto à datação, autoria e disposição da datação, é consenso que o conjunto foi dedicado por Átalo I, rei de Pérgamo, pouco depois do início do ano de 200 a.C., quando Atenas foi sitiada pelo exército macedônico de Filipe V; consistia em quatro grandes bases localizadas em uma plataforma artificial na faixa leste junto à muralha sul da Acrópole, encimadas por dezenas de estátuas dos personagens das batalhas figurados em esculturas plenas em escala reduzida, com cerca de um metro de altura, algumas das quais sobreviveram por meio de cópias romanas do século II d.C. [36].

A “dedicação atálida” aprofunda a inserção de uma vitória presente – de Átalo I contra os gauleses em 243 a.C. – em uma tradição antipersa ateniense ampliada também para o campo mítico, com a introdução dos gigantes e das amazonas. Assim, se por um lado ressalta-se o papel da deusa políade ou dos heróis míticos ou históricos atenienses nas três primeiras batalhas, consolida-se a vitória pergamena no grande conflito da civilização contra a barbárie. Atenas é, portanto, eleita o foco desta tradição.

A imagem de Atenas como escola da Grécia, seja pela democracia (Péricles), seja pelo desenvolvimento cultural (Isócrates), ganha força com a formação do cânone dos autores e textos clássicos no contexto da organização da biblioteca de Alexandria, no século III a.C.. A atuação das escolas filosóficas atenienses, foco de atração de estudiosos de todo o Mediterrâneo – e especialmente de Roma, a partir de meados do século II a.C. [20] – contribuiu para a hegemonia da filosofia entre as manifestações culturais e “aculturadoras” da “escola da Grécia”, ainda que a Segunda Sofística, a partir do século I d.C., tenha promovido novamente a retórica a um grande prestígio [2].

Uma interessante síntese das três ideias é o *Discurso Panatenaico* de Élio Aristides, escrito em meados do século II d.C. [31]. Extenso elogio à natureza, povo, história e cultura ateniense, retomando seja os mistérios eleusinos, seja a batalha de Maratona, Aristides constrói um modelo baseado em dois impérios atenienses: o primeiro, conquistado por meio de guerras, foi a garantia da independência e liberdade grega contra o bárbaro persa; o segundo, construído pacificamente pela ação das palavras,

*****) Cf. PLUTARCH. *Lives* (11 vols.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press; W. Heinemann, 1954-62.

disseminou a cultura grega/ateniense, inclusive, no mundo bárbaro (Élio Aristides, *Discurso Panatenaico*, 225-6*****). De acordo com a interpretação de J. Oliver, a defesa do “império do logos” ateniense de Aristide se compreende em função da ascensão do cristianismo e a criação de um *logos* cristão, contra o qual o *logos* ateniense, pagão, seria a principal defesa [31].

Berço, muralha e/ou escola, as bases do atenocentrismo já estão dadas no período helenístico e romano; mas será na passagem do século XVIII e XIX que ele será estruturante na então recente “História da Grécia” [19] [37].

O ATENOCENTRISMO DESDE A MODERNIDADE ÀS CRÍTICAS “PÓS-MODERNISTAS”

A forma como a história da Grécia e de Atenas começava a se desenvolver desde o século XIX estava amplamente conectada com os debates sobre os estados nacionais, e a Grécia, nesse cenário, era compreendida como uma nação. Por exemplo, Arnold Heeren, teólogo, filósofo e historiador alemão, em sua obra *Grécia Antiga*, de 1842, caracteriza a Grécia como “Nação dos Helenos”, remontando a elementos de articulação no mito (o herói Heleno que teria dado o nome à nação). A nação grega de Heeren é autoconsciente na sua caracterização. São helenos, respondendo a uma referência mítica original. Heleno, o líder que esse autor cita, é um herói das origens. Mas, fora do plano mítico, há ainda outro elemento de articulação da unidade: trata-se de Homero. E, apesar de elementos de desarticulação, como sua dispersão em vários pontos do Mediterrâneo, eles formariam, segundo Heeren, uma única nação [25].

Essa Grécia ideal, quase um estado europeu da época de Heeren, já não apresentava um referencial sólido para se pensar em um modelo para unidade política. E isso se tornava evidente já nos séculos XVIII e XIX pela observação mais detida do exemplo romano, que oferecia claramente um referencial mais claro para a reflexão sobre a unidade política, e também pelo constante debate sobre Esparta e Atenas que se estabelecia nessa época.

É preciso notar que Atenas ainda não era uma referência isolada tão importante em meados do século XIX. Por exemplo, o historiador francês Jean Victor Duruy, ao publicar a sua obra *História da Grécia* em 1846 [13], foi bastante censurado pelos seus pares pelo tom favorável à Atenas em detrimento de Esparta. Entretanto, uma tendência mais forte pela cidade de Atenas como referência mais importante, o que vinha sendo paulatinamente criado, parece ter sido consolidada pelo historiador inglês George Grote. A sua principal reflexão sobre a história da Grécia, na sua publicação com esse nome em 1853 [16], traz Atenas como a figura central. E esse protagonismo é constantemente apoiado em comparações em termos positivos e negativos. O contraponto negativo poderia ser Esparta.

O elemento central é a democracia focada na igualdade. Assim, como modelo a

***** Cf. ARISTIDES. *Panathenaic oration and in defence of oratory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1973.

ser seguido, Atenas ofereceria uma referência mais positiva. Começava a se constituir uma ideia de superioridade entre Atenas e Esparta, formada, sobretudo, a partir dos interesses próprios da época de Grote. Mas, as comparações eram de longo alcance, alcançando a sua própria época. O autor chega a dizer que o exemplo da democracia ateniense, e mesmo o das oligarquias gregas, era melhor que o do senado romano e que aquele próprio das instituições da França e da Inglaterra contemporâneas a ele [17]. E a Grécia, mais ampla, aparece também como um elemento positivo: inclusive as oligarquias são bem avaliadas, mas, nesse caso, Atenas representa todas, pois é apenas ela que aparece especificamente citada. Uma cidade que responde pelo todo: Atenas como a Grécia.

Essa visão foi amplamente seguida, articulando-se, assim, os movimentos iniciais do que seria muito depois chamado de atenocentrismo. O historiador francês Jean Victor Duruy, acima citado, em uma nova edição de sua *História da Grécia*, dizia que sua opção preferencial por Atenas estava justificada, depois da obra de Grote. Entretanto, essa perspectiva não era unanimidade, como indica, por exemplo, o caso do historiador inglês George B. Grundy, que em sua *História do Mundo Grego e Romano*, de 1926, critica fortemente Grote, dizendo: “É claro o caso de Grote que começou com a ideia de provar que os atenienses do século V a.C. tinham ideias idênticas às dos primeiros liberais vitorianos e vice-versa” [18].

Aparentemente, seu desconforto era concentrado nessa falta de perspectiva histórica, de alteridade, que proporcionava uma visão a-histórica por parte de Grote. Não havia mudança necessariamente entre os atenienses no passado e os europeus de sua época, havia apenas um lapso temporal. Mas, parece que Grundy já começava a se incomodar com essa avaliação amplamente positiva sobre Atenas. Ele chega a chamar a democracia de Péricles de “criação política estranha” e o próprio Péricles de “hábil oportunista” [18].

Como visto, o debate até este ponto era baseado na apropriação de Atenas como modelo em substituição à ideia de uma Grécia-nação, e de certa diminuição no interesse por Esparta. É claro que outras regiões da Grécia eram estudadas no século XIX. Várias pesquisas arqueológicas aconteciam em sítios do Mediterrâneo, e os dados sobre outras cidades, além de Atenas e Esparta, apareciam. Entretanto, o interesse concentrado pela cidade de Atenas continuou e, mais que isso, Atenas foi tomada como exemplo para a compreensão das outras cidades. Qualquer mudança efetiva nesse cenário demorou bastante. Foi apenas na segunda metade do século XX que ele começava, lentamente, a ser invertido, e só recentemente a questão vem sendo tratada de forma sistemática.

Isso quer dizer que o problema da variedade na Grécia Antiga foi, em certa medida, colocado de lado. É bastante claro que essa variedade já era conhecida, mas não era tratada sistematicamente no conjunto. E essa mudança de perspectiva tem muito a ver com movimentos históricos recentes, como a reorganização do poder no plano político e econômico internacional depois da Segunda Guerra Mundial, a descolonização de alguns países ainda dominados por metrópoles europeias no século XX e a explosão das reivindicações de movimentos por direitos civis.

É complicado situar toda a crítica aos estudos que privilegiavam certas potências

políticas do passado diretamente a esse cenário. Mas, é possível perceber que, pelo menos de forma indireta houve certa ligação e que a sensibilidade quanto aos agentes e problemas históricos mudou bastante. Por exemplo, estudos culturais e a busca da reflexão sobre a identidade começavam a ganhar relevo. Assim, no caso da Grécia Antiga, a discussão sobre as múltiplas identidades aparecem. E, quanto à centralidade de Atenas no debate sobre a organização da pólis grega, a situação parece ser parecida. Uma obra é bastante importante nesse sentido: trata-se de *Culto, território e a origem da cidade-estado grega*, de François de Polignac, publicado originalmente em 1984.

É preciso dizer que a discussão sobre a origem e definição da pólis era centrada na referência ateniense. Eram as reflexões de Aristóteles na *Constituição de Atenas* que dominavam o debate, reafirmando o tradicional quadro da cidade de Atenas como modelo. Esse texto de Aristóteles só foi encontrado no século XIX em um papiro escondido nas areias do Egito, mas as variadas citações em textos antigos já indicavam a sua existência. Trata-se, na verdade, da única das constituições (*politeiai*) de Aristóteles que chegaram aos dias atuais com o texto amplamente preservado.

Entretanto, apresentando uma visão alternativa, François de Polignac procurava outra forma de compreender essas origens, e acabou apresentando uma proposta que caracteriza a cidade de Atenas claramente como excepcional, mostrando que muitos dos elementos considerados básicos para a caracterização da pólis grega (por exemplo, uma cidade centrada em uma acrópole e o afastamento da monarquia) evocavam o exemplo de Atenas e que sua projeção para a compreensão da pólis grega como um fenômeno amplo é, pelo menos, insuficiente. A situação do culto de Atena como uma divindade essencialmente urbana, por exemplo, é uma exceção se observada a dinâmica mais comum de estabelecimento de santuários extraurbanos [10].

Aparece, então, um deslocamento de Atenas como referência para a discussão sobre a pólis grega. Esta cidade era, assim, uma exceção. Essa explicação de uma Atenas excepcional parece ter se expandido, e esse deslocamento também foi proposto por vários autores, como veremos na sequência. Por exemplo, em uma obra geral sobre a Grécia Antiga produzida por Kenneth Dover em 1981, no capítulo sobre Siracusa, é discutida um pouco a questão do atenocentrismo; o autor expõe que o maior motivo do atenocentrismo constituído na academia contemporaneamente estava ligado à grande quantidade de fontes literárias à disposição, mais do que em qualquer outra cidade antiga na Grécia [11].

Dover indica essa dominação cultural que secularmente construiu um interesse concentrado em Atenas e, ainda, propõe uma explicação para isso: é a tradição literária própria dos atenienses na Antiguidade que acabou fornecendo uma quantidade de fontes literárias em maior quantidade. Uma explicação bastante parcial que aparece seguida da proposta de outra potência como referência: “Se você perguntasse a um grego, no início do século IV a.C., ‘qual a maior, mais rica, mais poderosa e mais cultural cidade no mundo grego?’, muitos responderiam, sem hesitação, ‘Siracusa’” [11].

Trata-se, aparentemente, de uma proposta de substituição que seria apresentada também por outros autores. Atenas, nesse sentido, vai perdendo o destaque ou, pelo menos, vai sendo colocada ao lado de outras candidatas ao seu posto de referência. É o caso da Craig Cooper, epigrafista da Universidade de Winnipeg, que em sua obra

A epigrafia e o historiador da Grécia, de 2008, propõe maior realce à região da Jônia. Para Cooper, haveria elementos para repensar o protagonismo de Atenas na criação da democracia: ele sugere que Quíos já possuía assembleia popular desde a primeira metade do século VI a.C., e que a própria isonomia, segundo Heródoto, teria sido implementada em Samos antes das reformas de Clístenes em Atenas [7].

Não se trata de um deslocamento puro e simples. Trata-se de alçar outra referência ao posto de ambiente que deu origem à democracia, o que poderia ter implicações bastante fortes na montagem da memória selecionada pelas sociedades ocidentais. E, sobre os motivos do atenocentrismo, além da ampla aptidão epigráfica na Atenas antiga, ele nota também certa promoção da cidade de Atenas em algumas fontes. Ou seja, a situação destacada de Atenas nos estudos contemporâneos estaria ligada à grande quantidade de textos preservados e determinada posição pró-Atenas em obras de autores como Heródoto e Tucídides, o que teria, segundo o autor, ofuscado “a discussão da história política e social da Grécia (...)”, e nós, por isso, tendemos a esquecer que havia uma vibrante cultura grega fora de lá [Atenas]” [7].

Tais críticas aparecem, várias vezes, em tom de desabafo, e uma efetiva substituição de perspectiva, como no caso de Polignac, não é tão comum. A questão, parece, não é substituir Atenas por outra cidade no campo da mais importante, mas notar que, além de seu excepcionalismo – o que não permite que ela seja utilizada como modelo de forma mecânica –, há uma variedade bastante grande que não é apresentada. Além disso, o fenômeno acadêmico deveria ser mais bem compreendido para que ele seja ultrapassado. Este é justamente o interesse que aparece em alguns estudos recentes, como na obra *Alternativa a Atenas. Variedades da organização e comunidade política na Grécia Antiga*, de Roger Brock e Stephen Hodkinson [3].

Segundo os autores, tal estudo nasceu da avaliação de um cenário problemático quanto à situação de Atenas na compreensão da Grécia como aparecia no cenário acadêmico e fora dele. Por exemplo, as comemorações em 1992 e 1993 dos 2500 anos da democracia (que, nessa perspectiva, teria nascido com as reformas de Clístenes em 508/7 a.C.). Estava em foco novamente Atenas, apresentada como o berço da democracia, quase uma recuperação das propostas de Grote.

A partir disso, Brock e Hodkinson propuseram a organização desse projeto no *Leeds-Manchester Greek History Seminar*, que, de saída, discute mais profundamente a questão do atenocentrismo: para os autores, ele tem dois motivos principais, os quais eles tratam de forma mais extensa: a qualidade e quantidade das fontes relacionadas a Atenas e a conexão criada entre a nossa experiência contemporânea e aquela dos atenienses na Antiguidade em termos de herança cultural.

Ainda, a situação de Atenas, frente a Esparta, também é tratada. Os autores indicam que, apesar de certa força dos estudos sobre Esparta, eles não chegam a ter o alcance universal que os estudos sobre Atenas. E mesmo os estudos sobre a política ateniense são mais profundos comparados aos de Esparta, dada a qualidade das fontes. Ou seja, além de não haver um conjunto amplo de informações textuais produzidas em Esparta, a maior parte do que se conhece sobre Esparta foi escrito por atenienses ou por pessoas amplamente integradas a Atenas. Entretanto, essas duas cidades (as mais estudadas) são apresentadas como exceções.

Compreendida a questão, Brock e Hodkinson propõem uma visão abrangente, a começar pelo próprio projeto de coleções de constituições (*politeiai*) ligado a Aristóteles. Sabe-se, por Diógenes Laércio, que foram escritas 158 constituições de cidades baseadas em regimes variados (democracias, oligarquias, tiranias e aristocracias), das quais, como visto, só conhecemos de forma mais consistente a de Atenas. Mas, há algumas informações sobre o conjunto que interessam. Sabe-se, a partir disso, que não foram apenas as *poleis* tradicionais que entraram nessa descrição: foram integradas até *poleis* com pouca influência grega, como algumas da Mísia, e outras apartadas desse universo, como Cartago. Além disso, as formas de organização política são também variadas: por exemplo, interessava a esse projeto de Aristóteles a descrição da constituição de alguns *ethne* – termo polissêmico, mas que correspondia, neste contexto, às comunidades maiores que uma pólis ou que não se enquadravam na definição aristotélica de pólis. Dessa forma, além da fuga da referência de Atenas, a própria pólis como elemento central da organização política é nuançada.

Com preocupações semelhantes, há a obra de Mogens H. Hansen e Thomas H. Nielsen, *Um inventário de poleis arcaicas e clássicas*, de 2006, na qual, claramente, Atenas, e também Esparta, aparecem caracterizadas como exceções, em meio a uma variedade que estruturava um número muito extenso de cidades. Os autores dizem:

Havia cerca de 1500 *poleis* ao todo e elas estavam espalhadas por todo o mundo mediterrânico. Inúmeros estudos publicaram especialmente Atenas e Esparta. Mas, ninguém nunca conduziu uma investigação englobando as 1498 outras *poleis*. Quantas delas nós conhecemos? Qual o tamanho delas? Onde elas estavam? O que era comum ao menos à maioria delas? Eram Atenas e Esparta *poleis* típicas ou atípicas? [23]

Hansen e Nielsen apresentam algumas informações importantes para o tema aqui tratado. A primeira é o estado do conhecimento. Apenas muito recentemente a variedade e a grande quantidade de *poleis* foram sistematizadas e pensadas no conjunto. E um conjunto muito mais numeroso que as 158 cidades que interessavam ao projeto de Aristóteles. O que nos leva à segunda questão, que é o universo bastante numeroso de *poleis*: se a projeção de um modelo ateniense ou espartano para a compreensão da organização política já era complicado, pensando nesse universo de cerca de 1500 *poleis*, o problema se agrava. Assim, só a avaliação mais detida do conjunto, compreendendo-se as dificuldades de tratamento de um universo tão grande, permitirá pensar na questão da variedade. Os primeiros passos já foram dados, como a reavaliação do modelo de Atenas e Esparta como referência, a caracterização do cenário variado de organizações políticas além da pólis, e as primeiras propostas de quantificação das *poleis*.

O DEBATE SOBRE O ATENOCENTRISMO NO CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Discutir o atenocentrismo é fundamental, pois na bibliografia, especialmente nos

manuais didáticos, as perspectivas imperialistas ainda são as mais comuns na narrativa da história antiga – mesmo que, nos capítulos sobre imperialismo e descolonização, os autores se coloquem do lado dos dominados. Isso é claro no uso do termo “civilização”, por exemplo: a Antiguidade é repleta de “civilizações”, mas no período contemporâneo não é de bom tom falar em “civilização”. Assim, Atenas ainda é apresentada como quase toda a Grécia, como um modelo da Grécia, ou hierarquicamente situada em relação a outras cidades e, nesse sentido, a outras experiências históricas. A discussão sobre o atenocentrismo, com isso, traz à tona o problema da variedade.

Não se pensa em diminuir a importância da cidade de Atenas, sua experiência histórica no passado e nem determinadas “contribuições” posteriores; mas, é importante perceber que Atenas compunha um quadro variado que ela não pode sintetizar. Além disso, na perspectiva adotada no curso, a abordagem não era atenocêntrica, pois nosso objetivo era discutir uma história local, e entender, no local, como concretamente se davam os contatos com contextos mais amplos – a “civilização micênica”, o Mediterrâneo, o Império Romano... Ou seja, não fizemos metonímia e tomamos Atenas pela Grécia inteira. Atenas não é o todo, não sintetiza o todo, mas estava ligada a um todo mais complexo, e são essas relações que estavam na base da apresentação de conteúdos e interpretações no curso de extensão.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, C. **Menor abandonado**. Caxias: Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, 2002.
- [2] ANDERSON, G. **The Second Sophistic: a cultural phenomenon in the Roman Empire**. London and New York: Routledge, 2005.
- [3] BROCK, R.; HODKINSON, S. **Alternatives to Athens. Varieties of political organization and community in ancient Greece**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- [4] BURKE, P. **Uma história social do conhecimento 1: de Gutenberg a Diderot**. São Vicente: Zahar, 2003.
- [5] BUTLER, B. **Return to Alexandria: an ethnography of cultural heritage revivalism and museum memory**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- [6] CLINTON, K. The mysteries of Demeter and Kore. In: OGDEN, D. (Ed.). **A companion to Greek religion**. Oxford: Blackwell, 2007. p. 342-356.
- [7] COOPER, G. (Ed.). **Epigraphy and the Greek historian**. Toronto: University of Toronto Press, 2008.
- [8] COSTA, L. C. G. da. **História da literatura brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2005.
- [9] DE LIBERA, A. **Filosofia medieval**. São Paulo: Loyola, 1998. p.16.
- [10] DE POLIGNAC, F. **Cults, territory, and the origins of the Greek city-state**. Tradução de Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- [11] DOVER, K. **The Greeks**. Texas: University of Texas Press, 1981.
- [12] DREYFUS, R.; SCHRAUDOLPH, E. **Pergamon: the telephos frieze from the**

- great altar. v. 1. New York: Metropolitan Museum of Art, 1996.
- [13] DURUY, J. V. **Histoire de la Grèce ancienne**. Paris: L. Hachette et Cie, 1862.
- [14] FOOT, F. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- [15] GERODETTI, J. E.; CORNEJO, C. **Lembranças do Brasil**: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Editorial, 2004.
- [16] GROTE, G. **History of Greece**. v. 2. New York: Harper & Brothers Publishers, 1853.
- [17] _____. **History of Greece**. v. 3. New York: Harper & Brothers Publishers, 1867.
- [18] GRUNDY, G. B. **A history of the Greek and Roman world**. London: Methuen & co. Ltd, 1926.
- [19] GUARINELLO, N. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. In: **Politeia** (UESB), v. 3, n.1, 2003, p. 41-61.
- [20] HABICHT, Ch. **Athens from Alexander to Antony**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- [21] HADAS-LEBEL, M. **Philo of Alexandria**: a thinker in the Jewish diaspora. Leiden: BRILL, 2012.
- [22] HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2005.
- [23] HANSEN, E. **The Attalids of Pergamon**. Michigan: Cornell University Press, 1971.
- [24] HANSEN, M. H.; NIELSEN, Th. H. **An inventory of Archaic and Classical poleis**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- [25] HEEREN, A. H. L. **Ancient Greece**. Boston: C.C. Little & J. Brown, 1842.
- [26] KOOLHAAS, R. **Nova York delirante**: um manifesto retroativo. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- [27] LOBO, L. **Épica e modernidade em Sousândrade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- [28] MONFORTE, L. **Alegorias brasileiras**. São Paulo: Senac, 2005.
- [29] NICOLAS, M.-J. Introdução à suma teológica. In: **Suma teológica I**. Tradução de Carlos Josaphat. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 21-133.
- [30] TELLES, A.; BASTOS, J. (Orgs.). **Voltaire, cartas iluministas**: correspondência selecionada e anotada. São Vicente: Zahar, 2011.
- [31] OLIVER, J. The civilizing power: a study of the Panathenaic discourse of Aelius Aristides against the background of literature and cultural conflict, with text, translation, and commentary. In: **Transactions of the American Philosophical Society**, nova série, vol. 58, n. 1, p. 1-223, 1968.
- [32] ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. A Universidade de Coimbra no seu 7º centenário: homenagem aos professores doutores António de Vasconcelos, Manuel Lopes de Almeida, Guilherme Braga da Cruz e Mário Brandão. Lisboa, 1993.
- [33] RAMOS, C. **Nosso céu tem mais estrelas**: 140 anos de literatura maranhense. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1973.

- [34] RICUPERO, B. **Força e legitimidade**: novas perspectivas? São Paulo: Editora Humanitas, 2005.
- [35] SCHMALZ, G. **Public building and civic identity in Augustan and Julio-Claudian Athens**. Dissertation, University of Michigan, 1994.
- [36] STEWART, A. **Attalos, Athens, and the Akropolis**: The Pergamene “Little Barbarians” and their Roman and Renaissance Legacy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- [37] VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek polis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GILBERTO DA SILVA FRANCISCO doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e professor de História Antiga da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – e-mail: gisifran@gmail.com

FÁBIO AUGUSTO MORALES doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e professor de História Antiga da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – e-mail: fabio.augusto@puc-campinas.edu.br

Instruções para o Preparo e Encaminhamento dos Trabalhos

Instructions for Preparing and Forwarding of Papers

A *Revista de Cultura e Extensão USP*, publicação semestral da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, tem o objetivo de abrir espaço para pesquisadores e coordenadores de projetos de extensão desenvolvidos junto à comunidade discorrerem sobre seu trabalho nessa área, em uma linguagem acessível ao público.

Os trabalhos devem ser apresentados em língua portuguesa, devendo ser originais e inéditos, o que significa que não devem ter sido anteriormente publicados nem enviados simultaneamente para outra revista.

Os trabalhos submetidos à publicação somente poderão ser enviados em arquivo eletrônico, com formato .doc, para o e-mail revistacultext@usp.br, e não em papel. Deverá ser enviado o documento original, devidamente assinado, e também uma cópia, por e-mail, do *Termo de Concordância e Cessão de Direitos de Reprodução*, disponível para download no site prceu.usp.br/revista.

A Revista não se vê obrigada a publicar todos os trabalhos submetidos. Os artigos recebidos serão avaliados pelo Comitê Editorial e por parecerista e receberão resposta quanto a sua aceitação ou não.

Após a primeira avaliação, caso sejam requisitadas alterações e correções por parte dos autores, esses terão um prazo de 30 (trinta) dias para o reenvio do artigo. Caso não atendam ao prazo, o trabalho será desqualificado.

Fica previamente informado que os trabalhos submetidos que não receberem parecer em um prazo de cinco meses – seja por motivo de avaliação negativa ou pelo não cumprimento das instruções e normas de preparação para submissão de trabalhos por parte dos autores, conforme listadas a seguir – serão desqualificados e removidos de nossos arquivos.

PREPARAÇÃO

Os trabalhos devem ter, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 páginas, incluindo as referências bibliográficas. O trabalho deve ser enviado digitado em espaçamento 1,5, utilizando fonte Times New Roman 12 e formato A4, com 2,5 cm nas margens superior e inferior e 2,0 cm nas margens direita e esquerda, enumerando-se todas as páginas.

Os artigos deverão ser divididos, sempre que possível, em seções com cabeçalho, na seguinte ordem:

TÍTULO DO TRABALHO

Deve ser breve e indicativo da finalidade do trabalho. O título deverá ser apresentado em português e em inglês.

AUTOR (ES)

Por extenso, indicando a titulação e a(s) instituição (ões) à(s) qual(ais) pertence(m). O autor para correspondência deve ser indicado com asterisco, fornecendo endereço completo, incluindo o eletrônico.

RESUMO EM PORTUGUÊS

Deve apresentar, de maneira resumida, o conteúdo, a metodologia, os resultados e as conclusões do trabalho, não excedendo a 200 palavras.

PALAVRAS-CHAVE

Observar o mínimo de 3 (três) e o máximo de 5 (cinco). As palavras-chave em inglês (*keywords*) devem acompanhar as em português.

RESUMO EM INGLÊS

Deve conter o título do trabalho e acompanhar o conteúdo do resumo em português.

INTRODUÇÃO

Deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho e trazer informações sobre as origens do projeto e público-alvo. Extensas revisões de literatura devem ser substituídas

por referências aos trabalhos bibliográficos mais recentes, nas quais tais revisões tenham sido apresentadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A descrição dos métodos usados deve ser breve, porém suficientemente clara para possibilitar a perfeita compreensão e repetição do trabalho. Estudos em humanos devem fazer referência à aprovação do Comitê de Ética correspondente.

RESULTADOS

Deve trazer informações sobre os impactos do projeto na comunidade e ainda sobre os benefícios alcançados para o ensino e a pesquisa. Deverão ser acompanhados de tabelas e material ilustrativo adequado.

DISCUSSÃO

Deve ser restrita ao significado dos dados e resultados alcançados.

CONCLUSÕES

Quando pertinentes, devem ser fundamentadas no texto.

REFERÊNCIAS

A exatidão das referências é de responsabilidade dos autores. Elas devem ser organizadas de acordo com as instruções da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 6023 e ordenadas alfabeticamente no fim do artigo, incluindo os nomes de todos os autores.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos e outras formas de reconhecimento devem ser mencionados após a lista de referências.

CITAÇÕES NO TEXTO

As citações bibliográficas inseridas no texto devem ser indicadas por numerais

arábicos entre colchetes. Quando for necessário mencionar o(s) nome(s) do(s) autor(es) no texto, a seguinte deverá ser obedecida:

- » Até 3 (três) autores: citam-se os sobrenomes dos autores;
- » Mais que 3 (três) autores, cita-se o sobrenome do primeiro autor, seguido da expressão latina *et al.*;
- » Caso o nome do autor não seja conhecido, a entrada é feita pelo título.

CITAÇÕES NA LISTA DE REFERÊNCIAS

A literatura citada no texto deverá ser listada em ordem alfabética e numerada de forma sequencial, usando numerais arábicos entre colchetes. A lista de referências deve seguir os padrões mínimos estabelecidos pela ABNT NBR 6023, de agosto de 2002, resumidos a seguir:

Livro no todo

Autor(es), título em negrito, edição, local, editora e ano de publicação.

- » Exemplo: BACCAN, N.; ALEIXO, L. M.; STEIN, E.; GODINHO, O. E. S. **Introdução à semimicroanálise qualitativa**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Livro em parte

Autor(es) e título da parte, acompanhados da expressão *In*, da referência completa do livro, do capítulo e da paginação.

- » Exemplo: SGARBIERI, V. C. Composição e valor nutritivo do feijão *Phaseolus vulgaris* L. *In*: BULISANI, E. A. (Ed.). **Feijão: fatores de produção e qualidade**. Campinas: Fundação Cargill, 1987. cap. 5, p. 257-326.

Artigo em publicação periódica

Autor(es) e título da parte, título da publicação em negrito, local (quando possível), volume, fascículo, paginação, data de publicação.

- » Exemplo: KINTER, P. K.; van BUREN, J. P. Carbohydrate interference and its correction in pectin analysis using the m-hydroxydiphenyl method. **Journal Food Science**, v. 47, n. 3, p. 756-764, 1982.

Artigo apresentado em evento

Autor(es), título da parte, seguido da expressão *In*., título do evento, numeração do

evento (se houver), local (cidade) e ano de realização, título da publicação em negrito, local, editora, data de publicação e paginação.

- » Exemplo: BRAGA, A. L.; ZENI, G.; MARTINS, T. L.; STEFANI, H. A. Síntese de calcogenoeninos. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 18, Caxambu, 1995. **Resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1995. res. QO-056.

Dissertação, tese e monografia

Autor, título em negrito, ano da defesa, número de páginas, descrição do trabalho acadêmico, grau e área de conhecimento, a vinculação acadêmica, local e ano de aprovação.

- » Exemplo: CAMPOS, A. C. **Efeito do uso combinado de ácido láctico com diferentes proporções de fermento láctico mesófilo no rendimento, proteólise, qualidade microbiológica e propriedades mecânicas do queijo minas frescal**. 2000. 80p. Dissertação (Mestre em Tecnologia de Alimentos) – Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

Trabalho em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM, on-line etc.), de sua localização (em caso de páginas eletrônicas) e data de acesso.

- » Exemplo: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. *In*: **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo: SMA, 1999. p. 7-14. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

Legislação

Jurisdição e órgão judiciário competente, título, numeração, data e dados da publicação.

- » Exemplo: BRASIL. Portaria nº. 451, de 19 de setembro de 1997. Regulamento Técnico Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para Alimentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 1997, Seção 1, n. 182, p. 21005-21011.

GRÁFICOS, IMAGENS E TABELAS

As tabelas deverão ser numeradas com algarismos arábicos, sempre providos de título

claro e conciso. As tabelas deverão ser criadas no próprio arquivo *.doc* ou ser enviadas separadamente, por e-mail, em arquivo *.xls*.

Os gráficos deverão ser numerados com algarismos arábicos, sempre providos de título claro e conciso.

Se no trabalho houver a inclusão de imagem(s), esta(s) deverá(ão) ser enviada(s) em arquivo separadamente, com formato *.jpg* e com resolução de, no mínimo, 400 dpis, ou um megabyte (1MB) de tamanho.

OS ARTIGOS DEVEM SER ENVIADOS EM ARQUIVO ELETRÔNICO PARA O E-MAIL:

revistacultext@usp.br

TERMO DE CONCORDÂNCIA E CESSÃO DE DIREITOS DE REPRODUÇÃO (disponível para download no site prceu.usp.br/revista)

O(s) abaixo assinado(s) _____, autor(es) do artigo intitulado _____, declaram tê-lo lido e, aprovando-o na sua totalidade, concordam em submetê-lo à Revista Cultura e Extensão USP para avaliação e possível publicação como resultado original. Esta declaração implica que o artigo, independente do idioma, não foi submetido a outros periódicos ou revistas com a mesma finalidade.

Declaro(amos) que aceito(amos) ceder os direitos de reprodução gráfica para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP), no caso do artigo com o título descrito acima, ou com o título que posteriormente venha a ser adotado para atender às sugestões de editores e revisores, seja publicado pela *Revista de Cultura e Extensão USP* ou quaisquer periódicos e meios de comunicação e divulgação da PRCEU-USP. Em adição (necessário se existir mais que um autor), concordamos em nomear _____ como o autor a quem toda a correspondência e separatas deverão ser enviadas.

Cidade:

Endereço:

Data:

Nome(s) e assinatura(s):

Título *Revista de Cultura e Extensão USP*

Ilustrações **Thiago Akioka**

Revisão de texto **Eduardo Valmobida e Kellen Nascimento (apoio)**

Projeto gráfico **Ricardo Assis – Negrito Produção Editorial**

Supervisão de produção
editorial **Verônica Cristo**

Editoração eletrônica **Paola R. Fernandes**

Formato **205 x 265 mm**

Fontes **Avenir e Arno Pro**

Número de páginas **89**

"A CIDADANIA PENSADA A PARTIR DA EDUCAÇÃO" » INESPERADO E INEXPLICÁVEL » CONHECIMENTO E REINVENÇÃO DIGITAL DA CIDADANIA – EMANCIPAÇÃO SOCIAL E TRABALHO CRIATIVO NA "CIDADE DO CONHECIMENTO" » ARTE E REALIDADE » CINEMA, SUBJETIVIDADE E SOCIEDADE: A SÉTIMA ARTE NA PRODUÇÃO DE SABERES » DESVELANDO O ATENOCENTRISMO